



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Agostinho. PSB - SP) - Bom dia, senhoras e senhores.

Declaro aberta a presente audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, destinada a debater os projetos que tramitam nesta Casa e preveem pagamentos por serviços ambientais.

Esta reunião está sendo realizada conjuntamente com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Os requerimentos para a realização desta reunião são do Deputado Airton Faleiro, que está aqui, do Deputado Camilo Capiberibe, que é 1º Vice-Presidente da Comissão e está aqui a meu lado, e do Deputado Bira do Pindaré. Também apresentei um requerimento sobre esse assunto, mas foi retirado.

Comunico a todos que o evento está sendo transmitido ao vivo pela Internet. Receberemos perguntas através da Internet. Haverá, portanto, um debate interativo.

Há um cronômetro aqui à esquerda, que pode auxiliar os expositores quanto ao controle do tempo de suas falas. Estão acontecendo vários eventos simultaneamente na Casa.

Por conta de esta audiência ter sido solicitada pelo Deputado Camilo e pelo Deputado Airton, ambos vão dividir a Presidência dos trabalhos.

Quero registrar e agradecer muito a presença do Deputado Nilto Tatto, importante liderança nessa área. Agradeço a presença de todos. Fico feliz em rever nesta audiência alguns amigos.

Vou passar a Presidência dos trabalhos ao Deputado Camilo, que vai fazer as suas considerações. Ele é Relator de um desses projetos que tramitam na Casa relativos ao pagamento por serviços ambientais. Trata-se de matéria muito relevante. Acho que essa é a principal agenda entre as agendas do meio ambiente e do agro. Temos tudo para caminhar para aprovar uma proposta após o recesso. Poderemos encaminhar uma proposta conciliatória que provavelmente vai fazer diferença quanto à conservação ambiental no País.

Passo a Presidência dos trabalhos ao Deputado Camilo.

Parabéns, Deputado, pela sua liderança a respeito deste tema.

Bom trabalho!



O SR. PRESIDENTE (Camilo Capiberibe. PSB - AP) - Quero cumprimentar o Presidente Rodrigo Agostinho, que tem conduzido os debates e pautado questões fundamentais no momento em que o meio ambiente brasileiro passa por graves dificuldades. Nesta Comissão tem buscado tratar de um tema que é muito importante para as comunidades tradicionais e também para o agronegócio.

Estão tramitando nesta Casa dez projetos que tratam do assunto. Na verdade, há vários projetos sobre o tema desde 2007 nesta Casa.

Quero cumprimentar o Deputado Airton Faleiro — também é autor do requerimento relativo a esta reunião —, o Deputado Nilto Tatto, que tem feito um trabalho muito grande aqui dentro para avançarmos com as nossas importantes agendas do meio ambiente.

Esta audiência pública tem como objetivo ouvir o movimento social, especialistas que trabalham nessa área, e também o Governo Federal.

Infelizmente recebemos a informação de que o Ministério do Meio Ambiente não estará aqui presente. O representante que cuida da área, nomeado ontem, foi hospitalizado. Ele não poderá, portanto, participar deste importante debate.

O Presidente já apresentou mais ou menos o nosso objetivo nesta reunião: debater uma proposta para que possamos encaminhá-la para votação. Como ele disse, muita coisa está acontecendo neste momento.

Eventualmente vou ter que me ausentar, porque reuniões estão acontecendo simultaneamente na Casa.

Convido para compor a Mesa Márcio Santilli, sócio-fundador do Instituto Socioambiental; João Adrien Fernandes, Chefe da Assessoria de Assuntos Socioambientais do Ministério da Agricultura, Pesca e Pecuária (é importante ouvir o Ministério); Gustavo Fontenele, Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia; Joaquim Correa de Souza Belo, Presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas; e Luciano Mattos, pesquisador da Embrapa Cerrados, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Lembro a todos que este evento está sendo transmitido ao vivo pela Internet. Questionamentos podem ser encaminhados, para que possamos, ao final, repassá-los aos nossos expositores.



Quero convidar também para compor a Mesa Kátia Penha, Coordenadora Nacional da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, que foi incluída como expositora nesta Mesa pelo Deputado Nilto Tatto.

Cada convidado terá a palavra por até 10 minutos. Após as palestras, iniciaremos os debates. Desde já peço a cada convidado que observe o tempo proposto para sua exposição. O cronômetro à esquerda neste plenário pode orientá-los nesse sentido.

Reitero aos palestrantes, Parlamentares e demais presentes que esta Comissão promoverá um debate interativo nesta audiência pública por meio do portal e-Democracia, ferramenta interativa da Câmara dos Deputados. Servidores desta Comissão estão encarregados de moderar as perguntas dos internautas que acompanham esta audiência pública, as quais serão respondidas por convidados ou por Parlamentares ao final do debate.

Peço ainda aos palestrantes que assinem a autorização para que a Câmara dos Deputados publique suas exposições e utilize suas imagens para transmissão pela Internet em programas desta Casa.

Vou passar a Presidência para o Deputado Airton Faleiro. Antes, vamos abrir espaço aqui para que a Kátia Penha possa vir integrar a Mesa. Assim a composição da Mesa não ficará tão desequilibrada como está agora. Precisamos de representantes de mulheres e de quilombolas nesta Mesa. Parte importante desta discussão concerne a eles. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Airton Faleiro. PT - PA) - Kátia, você vai assumir a cadeira do Presidente. *(Riso.)*

A SRA. KÁTIA PENHA - Não, não, o Presidente continua no espaço dele.

O SR. PRESIDENTE (Airton Faleiro. PT - PA) - Um de nós Deputados é que vai presidir a reunião. Pode se sentar.

A SRA. KÁTIA PENHA - Não quero causar constrangimento. Não quero assumir o espaço.

O SR. PRESIDENTE (Airton Faleiro. PT - PA) - Não, não, somos nós que a estamos convidando.

A SRA. KÁTIA PENHA - Está certo então.



O SR. PRESIDENTE (Airton Faleiro. PT - PA) - O Deputado Camilo Capiberibe já fez a abertura dos trabalhos. Eu, na condição de proponente, junto com outros colegas, vou fazer algumas provocações aos palestrantes.

Quero agradecer também a presença do Deputado Nilto Tatto, nosso Presidente da Frente Parlamentar Ambientalista. O Deputado Rodrigo Agostinho, Presidente da Comissão, esteve aqui conosco.

Fui um dos que propôs esta audiência pública e estou achando muito interessante termos na Mesa o Governo — o Governo Federal está na Mesa —, a EMBRAPA, que é uma instituição respeitadíssima na área do desenvolvimento agropecuário, representantes da sociedade civil que desenvolveram e desenvolvem experiências nessa área, o ISA, o conselho dos seringueiros, a CONAQ.

Eu acho que temos de concentrar a discussão no objeto principal desta audiência, considerando o que está tramitando no Congresso e também as nossas novas iniciativas, porque estamos em um novo período legislativo. Além de avançarmos para a elaboração de uma lei federal que discipline os pagamentos por serviços ambientais, precisamos avançar no que vou chamar aqui de busca do convencimento a respeito de um pacto com a sociedade brasileira sobre esse tema, Deputado Nilto Tatto.

Sou agricultor familiar. Desenvolvi, na minha propriedade, na minha instituição, uma experiência muito rica sobre pagamento por serviços ambientais que veio a desembocar na criação do programa denominado Pró-Ambiente. O Luciano, da EMBRAPA, chegou a ser o Secretário-Executivo. Esse programa serviu, eu diria, como uma modalidade, uma experiência que deve ser socializada, deve ser apropriada por outros também. O Pró-Ambiente foi implantado mais na Amazônia.

Para provocar o debate, vou falar agora mais como agricultor familiar do que como legislador. Na minha propriedade, eu cheguei à seguinte conclusão: produzir ecologicamente dá satisfação. É bom saber que estamos produzindo aquilo que a família e o mercado podem consumir com segurança. Isso é gratificante. Proteger florestas, proteger nascentes é muito gratificante. Chamo isso de serviço ambiental. A pessoa presta um serviço ambiental para ela própria e para sociedade. Está preservando as nascentes, está reflorestando, está cuidando da floresta em pé e está produzindo alimentos saudáveis. Isso eu chamo de serviço. É algo salutar e gratificante para quem consome e para quem desfruta desse serviço.



Há outro componente que denominei de pagamento de serviços. Produzir de maneira ecologicamente correta é mais caro. Produzir sem determinados agrotóxicos, preparar, como eu preparei, uma modalidade de roça sem queimar é mais trabalhoso, é mais caro. Gasta-se mais tempo na propriedade. Essa forma de produzir tem custo maior do que o de produzir na forma convencional, tradicional.

Hoje, na *TV Câmara*, eu disse que não estamos discutindo pagamento por serviços ambientais apenas para manter a floresta em pé, estamos discutindo pagamento por serviços ambientais também para promover uma produção sustentável, estamos discutindo pagamento por serviços ambientais igualmente para oferecer aos mercados consumidores produtos saudáveis. Esse é o debate.

Vou considerar um segundo componente. Eu digo que temos de construir um pacto com a sociedade para que ela ajude a financiar o pagamento por serviços ambientais. Vou me colocar aqui na condição de produtor familiar que sou. Cheguei à seguinte conclusão: discordo da teoria de que o mercado remunera na prateleira. Essa fatia é muito pequena. Há os que vão procurar produtos mais caros, que são orgânicos, que crescem cada vez mais, mas acho que essa não é a estratégia em escala. Por isso criei a tese de se ter a remuneração na origem.

Há o produtor, a unidade de produção. Vocês, os quilombolas também, além de outros, trabalham com unidades coletivas. A unidade produtiva tem que ser remunerada na origem. Isso é o que eu chamo de pagamento por serviços ambientais. É claro que tem que haver monitoramento. Talvez a EMBRAPA, no caso, possa nos ajudar muito, com a metodologia de monitoramento que desenvolveu.

Por último, acho que temos um mercado crescente. Não quero fazer aqui um voo muito longo, vamos considerar uma coisa bem atual, esse acordo da Comunidade Econômica Europeia com o MERCOSUL. Um dos itens que a sociedade de lá vai exigir — não são os Governos, é a sociedade de lá — é que ofereçamos produtos com esse componente socioambiental. Não é algo só ambiental, mas o aspecto ambiental é forte. Acho que há um mercado aberto para os produtos com esse componente socioambiental. Querem saber quem está produzindo, como está sendo produzido e o que temos para oferecer. Por isso, eu acho que temos de ir fazendo essa construção.

Aproveito a oportunidade para anunciar que estamos trabalhando para instalar — acho que já temos assinaturas suficientes — uma frente parlamentar em defesa do



pagamento por serviços ambientais. Ela se somará com a Comissão de Meio Ambiente, com a frente parlamentar coordenada pelo Deputado Nilto, e assim iremos construindo legislações. Agora, acho que existem coisas que nem precisam de legislação. É possível se avançar em relação a programas de governo que já existem, ou podemos adequá-los para que respondam um pouco a essas questões que estou levantando.

Fiz questão de me alongar um pouco para ajudar quanto a essa pauta e também quanto à busca de interação entre nós do Parlamento e os nossos palestrantes em relação ao que estamos pensando.

Tem a palavra Márcio Santilli, por 10 minutos, do Instituto Socioambiental, do ISA, nome pelo qual é mais conhecido.

O SR. MÁRCIO SANTILLI - Obrigado pela palavra e também pelo convite para estar aqui, nesta manhã, para participar desta discussão, que trata de um tema que é da maior importância para as políticas socioambientais do País.

Peço desculpas por não ter trazido uma apresentação mais estruturada. Vai aqui no gogó mesmo. Apenas ontem tomei conhecimento dos termos do projeto de lei que trata deste tema e que está sendo o ponto de referência desta discussão na Comissão, de modo que vou fazer uma apresentação medianamente improvisada. Vou começar por algumas considerações de caráter mais geral, para depois afunilar as sugestões pontuais e específicas voltadas para esse projeto de lei.

Se o tempo acabar, eu paro, e me comprometo a entregar por escrito esses pontos posteriormente, para que a Comissão possa fazer depois uma avaliação da sua pertinência.

Em primeiro lugar, eu queria dizer que este tema é da maior importância. Acredito que, em princípio, quem provê serviços ambientais deve ter alguma compensação por isso. Esse princípio é amplamente aceito pela população, imagino eu, e é perfeitamente compatível com o bem comum e tudo o mais. No entanto, ao falarmos de pagamento por serviços ambientais, estamos falando de algo deste tipo: quem paga o que para quem? Dentro disso é que temos de aprofundar a discussão e a reflexão sobre esse assunto.

Ressalto que o Brasil tem o maior programa de pagamento por serviços ambientais que conheço, o Fundo Amazônia, que é financiado pela cooperação internacional, fundamentalmente com recursos públicos da Noruega e da Alemanha. Oferece remuneração para redução do desmatamento na Amazônia brasileira. O destinatário é o



Brasil, através do BNDES, que recebe esses fundos e os utiliza segundo diferentes linhas de financiamento, sempre vinculadas a esse princípio da redução do desmatamento. Ele é um fundo compensatório, na verdade, que se originou, que decorreu das importantes reduções de desmatamento feitas entre 2006 e 2012 pelo Brasil. Essa é uma contribuição muito importante para o enfrentamento da mudança climática e gerou a possibilidade de que países como a Noruega e a Alemanha viessem a doar recursos como forma de compensar o Brasil por essa expressiva diminuição de emissões decorrente da redução do desmatamento.

Esse programa, no entanto, está em risco neste momento. É fundamental discutirmos essa questão, porque, se o Brasil acabar com o maior programa de pagamento por serviços ambientais existente, ele ficará numa situação muito difícil, do ponto de vista político, para pleitear o que quer que seja, se estivermos pensando em recursos internacionais para pagamento por serviços ambientais.

Eu chamaria então a atenção da Câmara e, em particular, desta Comissão para o fato de que é de suma importância que esforços políticos sejam feitos no sentido de manter o Fundo Amazônia. Que países vão contribuir para o Brasil, caso joguemos no lixo esse que é o maior fundo? Isso certamente teria uma repercussão muito negativa junto aos países doadores, mas também junto a outros países de base florestal como a do Brasil, que não têm um fundo como esse à disposição. Isso vai certamente chamar a atenção do mundo como um todo para a displicência com que o nosso País tratou essa oportunidade, que, na verdade, é mais do que uma oportunidade, porque muitos recursos já foram investidos através desse fundo.

Eu fico pensando até se não seria o caso de o Poder Legislativo estudar a transformação desse fundo em lei. Ele foi regulado por decreto. Talvez, se dermos a esse fundo *status* de lei, venhamos a dar uma resposta aos países que doam esses recursos, uma resposta positiva que compense, de alguma forma, as trapalhadas que têm ocorrido no âmbito do Poder Executivo no tratamento dessa questão nos últimos meses.

Fora isso, podemos pensar no pagamento por serviços ambientais entre particulares, ou entre o poder público e outras instâncias do poder público ou também em relação a particulares. Já existem algumas experiências pontuais de pagamento por serviços ambientais entre particulares, sobretudo no que se refere a água, a produção de água limpa. Existe o caso do projeto de Extrema, que é um Município de Minas Gerais



possuidor de muitas nascentes que vão abastecer vários Municípios do Estado de São Paulo. Os produtores, os proprietários que se encontram na cabeceira da bacia já recebem algum tipo de compensação dos produtores que estão rio abaixo, pela manutenção da produção de água.

O SR. PRESIDENTE (Airton Faleiro. PT - PA) - Permita-me interrompê-lo para fazer uma observação sobre esse assunto. Não conheço, mas disseram que próximo à Transamazônica existe um Município chamado Brasil Novo, que tem uma coisa parecida. Digo isso até para que possamos pesquisar sobre o tema água.

O SR. MÁRCIO SANTILLI - Pois é, existem casos, experiências concretas de particulares com particulares, que são interessantes. Teria de se ver qual é a melhor maneira de tratar se desses casos por meio de lei. Acho que não seria o caso de excesso de regulamentação para esses casos, mas de previsão para que o poder público pudesse, de alguma forma, incentivar, reconhecer, enfim, divulgar essas experiências que são feitas pela própria sociedade de forma autônoma.

Eu não sei se todas essas regulações que esse projeto de lei traz seriam cabíveis em situações desse tipo, entre particulares. Nos termos desse projeto de lei, sim, essas implicações existem. Acho que caberia avaliar até que ponto é o caso de ficar estabelecendo em lei a natureza do contrato, o que tem de estar nesse contrato, se o contrato é entre particulares. Talvez o projeto de lei pudesse ser mais econômico naquilo que trata especificamente desse tipo de cooperação.

Considere-se também que é o orçamento público, é a sociedade como um todo, portanto, que vai pagar por esses serviços em determinadas circunstâncias. Sempre que pensarmos no aporte de recursos públicos, precisaremos ter presentes as implicações fiscais que isso traria em cada caso, diante de cada proposta concreta que eventualmente surja nesse sentido, tendo em vista as condições fiscais que o País está atravessando e tudo o mais. Isso é algo que certamente tem de ser considerado, mas tem os seus limites dentro deste contexto concreto em que estamos vivendo, de falta de recursos públicos para investimentos de um modo geral no País.

Feitas essas considerações de caráter mais geral, quero assinalar alguns pontos desse projeto de lei que poderiam ser alterados ou aos quais se poderiam acrescentar disposições que dele ainda não constam.



Nas definições que são trazidas no art. 2º, II, do projeto de lei, seria adequado que incluíssemos, após a expressão "*benefícios relevantes para a sociedade gerados pelos ecossistemas*", a expressão "*e populações que manejam tais ecossistemas*". Seria feita essa inclusão nesse ponto. Sim, é claro que os ecossistemas, por si sós, produzem serviços, mas as populações podem fomentar isso, e é o manejo desses ecossistemas feito pelas populações que pode ou não potencializar os serviços que são oferecidos.

Nos serviços de regulação que estão previstos no item "c" do art. 2º, seria o caso de incluir a recarga de aquíferos, que não foi mencionada e tem uma importância muito grande como prestação de serviço ambiental.

Ainda no art. 2º, no inciso IV, sugiro incluir, no caso dos pagamentos previstos, entre os elementos que justificam esse pagamento, o controle de pragas e doenças que atacam a produção agrícola e a redução de emissões por desmatamento e degradação florestal.

Sugiro ainda que se preveja, no art. 4º, a criação de um sistema de informações sobre provedores e prestadores de serviços ambientais. O PL menciona um cadastro nacional, prevê a criação de um cadastro nacional. Mas seria importante que o art. 4º também previsse a criação desse sistema, de modo que possamos certificar esses atores para que eles possam, eventualmente, receber esses pagamentos de atores do mercado, de outros atores privados, através dessa certificação.

No art. 5º se poderia incluir a ideia de mecanismos e modelos de valoração de serviços ambientais, a fim de estabelecer referências a serem consideradas nos instrumentos econômicos. Poderíamos incluir essa expressão.

No art. 6º, II, poderia ser considerada a manutenção das zonas de recarga dos aquíferos subterrâneos.

No art. 7º, caberia incluir, entre as áreas que podem ser objeto da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, um inciso sobre as áreas alagáveis importantes para a manutenção dos recursos hídricos e pesqueiros e as áreas de recarga de aquíferos subterrâneos, que não estão mencionadas nesse artigo.

Ainda no art. 7º, § 3º, que trata da contratação de pagamento por serviços ambientais em áreas de exclusão de pesca, podem ser considerados como recebedores os membros das comunidades tradicionais ou pescadores profissionais que historicamente desempenhavam suas atividades naquele perímetro. Eles deixariam de



realizar essas atividades e fariam jus a essa compensação. Deve o art. 7º, § 3º, prever essa possibilidade.

No art. 14, o § 1º prevê um colegiado que regeria esse programa de pagamento por serviços ambientais. Esse colegiado está restrito, nos termos do projeto de lei, ao Ministério do Meio Ambiente, ao da Agricultura e ao da Economia. Seria importante considerar a FUNAI ou o Ministério da Justiça também como parte. A questão é saber se não seria o caso de haver também representações da sociedade no âmbito desse colegiado, seja do setor produtivo, seja dos movimentos sociais, de organizações com base técnica que possam contribuir para essa política.

Deputado, há uma série de outros pontos, expressões, sugestões de alteração de redação que vão além desses tópicos que mencionei aqui. Vou tratar de passá-los por escrito à Comissão, para que seus membros possam considerá-los na análise e também na deliberação sobre o parecer referente a este projeto de lei.

Paro por aqui e fico à disposição para prestar qualquer esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Airton Faleiro. PT - PA) - Obrigado, Márcio Santilli.

Se não me engano, o Relator deste projeto de lei é o Deputado Capiberibe. Nós podemos remeter a ele e aos demais colegas da Casa já com as sugestões da audiência.

O SR. MÁRCIO SANTILLI - Este parecer que está aqui é do Deputado Evair de Melo.

O SR. PRESIDENTE (Airton Faleiro. PT - PA) - É?

O SR. MÁRCIO SANTILLI - É.

O SR. PRESIDENTE (Airton Faleiro. PT - PA) - Então, temos que juntar. Isso é o de menos, nós vamos descobrir.

Quero aproveitar para agradecer por ter trazido o chimarrão. Eu sou "paraúcho": nasci no Rio Grande do Sul, mas moro no Pará e continuo tomando chimarrão.

Deputado Marlon Santos, do Rio Grande do Sul, já está desocupada a cuia.

Agora, vamos ouvir o representante da EMBRAPA, o Sr. Luciano Mattos.

Eu quero deixar a palavra aberta, porque a Casa hoje está muito dinâmica, votando ainda os destaques da Previdência. A hora em que os Deputados Nilto Tatto e Marlon Santos quiserem fazer uso da palavra, nós poderemos intercalar as falas com quem compõe a Mesa, está certo? Fiquem à vontade.

Concedo a palavra ao Sr. Luciano Mattos, da EMBRAPA.



O SR. LUCIANO MATTOS - Bom dia a todos e a todas!

Deputado Airton Faleiro, obrigado pelo convite. É muito bom estar aqui de novo debatendo este assunto. Cumprimento também os colegas da Mesa.

Eu até trouxe uma apresentação visual, mas vou fazer a apresentação de forma oral mesmo, porque acho que fica mais dinâmico.

Eu queria tratar de alguns pontos da conjuntura internacional, afinal de contas nós estamos vivendo a expectativa de um acordo entre MERCOSUL e União Europeia, e isso tem implicações para a nossa agricultura e para a nossa política ambiental.

Então, vou falar rapidamente sobre alguns contextos da União Europeia e sobre o que eu acho que pode vir com esse acordo, como algumas exigências que vão bater aqui na nossa Casa, que são um tema que tem tudo a ver com isso. Nós vamos ter que fazer algumas readaptações na nossa agricultura, e o pagamento por serviço ambiental pode ser um instrumento importante.

Vou falar um pouco sobre os conflitos comerciais entre China e Estados Unidos e sobre a relação existente entre a China e a África, bem como sobre o contexto da América Latina para chegarmos ao desenho que seria interessante para o Brasil.

Com relação à União Europeia, desde o Tratado de Roma, de 1957, quando foi estabelecida a Comunidade Econômica Europeia, foi instituído que os países-membros não teriam uma política agrícola individualizada, mas uma política agrícola comum, que passou a operar a partir de 1962.

Para os senhores terem uma ideia, em 1965, o orçamento da União Europeia para política agrícola era de 8,5%. Isso passou para mais de 80% em 5 anos, sendo que, na década de 90, chegou a 90% para a política agrícola comum. A sociedade europeia, apesar de ser 5% rural, sempre aceitou esse alto custo com a agricultura por uma questão muito forte: a de valorizar a cultura, a alimentação local e os produtos regionais. O hábito alimentar é um traço de cultura muito forte, e a população europeia sempre aceitou esse custo alto para a agricultura dela própria, porque, na Europa, diferentemente do que acontece aqui, o produto que é mais valorizado é o produto regional — no Brasil, é o menos valorizado.

Se tivermos um Cerrado com cagaita e pequi, eles vão para baixa, e o produto de exportação entra. Estou fazendo uma análise. Esses produtos têm a sua importância para a balança comercial brasileira, mas da maneira como tudo é feito, com a falta de



ordenamento, isso é muito complicado, porque o produto regional brasileiro não consegue competir com os produtos de exportação. Na Europa, ocorre exatamente o contrário. O que mais vale é o produto regional, que é o produto que tem mais potencial de agregação de valor.

Então, com toda essa política, com o que é chamado Pilar 1 da política agrícola comum europeia de sustentação de preço, para regular a estabilidade de mercado, chegou uma hora em que a pressão internacional ficou muito grande para conseguir segurar esse tipo de política. A Europa teve que partir para modelos de desenvolvimento territorial. É um modelo muito forte. Em 1991, surgiu o Programa Leader — houve o Leader I, o Leader II e o Leader+. Isso perdurou de 1991 até 2006. A partir de 2007, eles têm trabalhado o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural — FEADER, que está saindo da toada da sustentação de preço agrícola e indo para o processo de desenvolvimento rural, fomentando, nas zonas rurais europeias, a competitividade, a inovação e todo um processo de desenvolvimento territorial, porque a questão ambiental, a questão cultural e a presença dos jovens no campo é muito valorizada.

Quando ouvimos falar em acordo comercial entre MERCOSUL e União Europeia, estamos eliminando barreiras tarifárias, o que traz uma oportunidade muito grande para exportar. Por outro lado, o Brasil vai ter que olhar para si mesmo e ver que, nesse tipo de relação, vêm as barreiras não tarifárias. Essas barreiras não tarifárias...

O SR. PRESIDENTE (Airton Faleiro. PT - PA) - Sr. Luciano, peço licença para registrar a presença do Deputado Célio Moura, do Tocantins.

O SR. LUCIANO MATTOS - Essas barreiras não tarifárias vão ser ao molde do que há nos programas territoriais europeus: valorizar a política ambiental, valorizar a cultura, valorizar a saúde pública e a qualidade do alimento.

Isso se choca muito com aquilo a que nós estamos assistindo hoje no Brasil. Há muita polêmica em relação à política ambiental. O registro de agroquímicos proibidos na Europa e nos Estados Unidos vai, de maneira avassaladora, prejudicar a nossa exportação. Isso é bastante claro.

Ao mesmo tempo em que se faz um acordo para derrubar barreiras tarifárias, é preciso ter a noção de que as não tarifárias vão subir — se cai uma, sobe a outra —, o que passa a ser incompatível com a política ambiental atual e com essa quantidade de



registros que estão sendo feitos. Isso é muito complicado. Nós temos que ter muito mais preocupação, neste momento, com acordos do que propriamente com celebrações.

Esse acordo, ao mesmo tempo em que abre grandes oportunidades para a agricultura, traz uma competitividade muito forte para a nossa combatida indústria. Ele exige também uma política industrial. Temos que olhar o acordo como um todo e não só as oportunidades para a agricultura. Podemos inusitadamente até ter bloqueios ao nosso mercado dentro da Europa, em função de algumas tomadas de decisão que podem ocorrer em políticas ambientais agrícolas no Brasil. É necessário refletir. É importante ter um mecanismo que dê sustentabilidade ao processo produtivo, como o pagamento de serviços ambientais, para melhorar a qualidade do nosso alimento e para se poder ter esse tipo de relação comercial.

O choque comercial entre China e Estados Unidos abre oportunidades para a soja brasileira na China e abre oportunidades para a indústria brasileira nos Estados Unidos, mas, ao mesmo tempo, temos essa questão delicada de possíveis conflitos de modelo de produção e de mercado com a Europa.

Na América Latina, o Brasil começa antes na questão dos serviços ambientais propriamente ditos. O Brasil tem muitas experiências que vieram de ONGs, que vieram de movimentos sociais no campo, de projetos agroecológicos. É uma diversidade de experiências que começaram nas décadas de 80 e 90, não necessariamente algumas com esses termos. Só que o Brasil ficou numa toada de ter hoje uma estrutura de projetos, e não uma grande estrutura de políticas públicas no tema.

O que tem de políticas — o Márcio até citou uma delas — são as de âmbito local, pequenas, importantes, mas ainda pequenas para a realidade do País, de iniciativa popular, de iniciativa de movimentos, de ONGs e também de Prefeituras, e muito centradas em água. O pouco que temos apresenta mais o *know-how* em água. A América Latina — com exceção da Costa Rica, que vem há muitos anos trabalhando nisso — começa depois de nós. Países como o Equador, como o Peru, como a própria Bolívia, como o México muito fortemente, têm hoje políticas de pagamento de serviços ambientais que estão muito à nossa frente. Estamos com muita experiência-piloto e com pouco estruturado em termos de políticas públicas. Nós precisamos ter uma sistematização de experiências e de tomadas de bons e maus exemplos para poder estruturar modelos de políticas públicas para o Brasil.



Aí o Márcio colocou a questão: "quem paga o que para quem?", não é? Eu acho que temos que tentar. É fundamental superarmos um viés contratualista. Eu me lembro de alguns PLs que estavam apensados ao PL do Deputado Anselmo, que eu revisei na época, nas discussões de 2007 para cá — havia o de Rondônia também. Eles eram projetos muito contratualistas, prevendo usuário pagador, beneficiário... Então, estava muito contratualista a coisa. E temos que pensar nessa forma de trabalhar por meio de políticas públicas.

Então, em um programa de serviços ambientais, o primeiro ponto a se ter como foco é a provisão de serviços ambientais. Isso pode ou não ter pagamento. Pagamento por serviços ambientais é um instrumento. Nós temos que ter instrumentos econômicos que operem nessa toada para dar sustentabilidade. Num país desigual como o Brasil, por exemplo, nós vamos pegar vários públicos. Um público de exportação vai ter que ter políticas de incentivo, com juros baixos. O plano ABC... Pode-se partir do ABC como um modelo. No caso da agricultura familiar, populações indígenas, populações tradicionais como um todo, aí sim, é cabível algum tipo de remuneração, porque num país com uma distribuição de renda tão desigual fica complicado remunerar quem tem mais bala na agulha.

No caso da agricultura familiar e de povos que estão enquadrados na Lei da Agricultura Familiar, nós tivemos uma experiência, 15 anos atrás, que foi o Programa Proambiente. Eu sou suspeito para falar sobre ele, porque fui o coordenador — o Deputado Airton participou muito disso na época. Era um programa que previa plano de desenvolvimento de regiões da Amazônia. Vieram a se constituir depois, mais para frente, o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais — PRONAT e os programas territoriais. Havia plano de propriedade — estruturamos a propriedade de 2005 a 2020 —, que hoje seria o CAR. Mas o CAR hoje fica como um cadastro, e ele tem que ser usado como um instrumento de planejamento, ele tem que ir além de ser um cadastro. Havia acordos de serviços ambientais.

Agora, três alunos estudaram os legados do programa, que perdurou de 2003 a 2007, e, 15 anos depois de ele ter sido implementado, nós conseguimos, com um conceito de território-rede — muito mais do que território-zona —, de várias articulações interinstitucionais, em sete territórios amazônicos, trabalhar a retirada do fogo do sistema, a retirada do agrotóxico, a recuperação de matas e o redesenho dos sistemas de



produção com sistemas agroflorestais, tudo isso com uma assistência técnica muito atuante na época, por meio de termos de referência com o MDA, pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Esse programa foi pensado a longo prazo e é inusitado. O Proambiente era um programa que tinha como primeiro indicador, do primeiro PPA de que ele participou, a meta de elaborar planos de 15 anos, porque as pessoas tinham os seus planos, tinham a sua propriedade, e vinham projetos exógenos, eu diria assim, que não eram da realidade delas. Então, com um plano na mão, a família se empodera. O Ministério do Planejamento, inusitadamente, na época, não renovou o PPA do Proambiente, com o argumento de que plano elaborado não é resultado; resultado é plano implementado. Na época, foi uma briga até: "então, não podemos pensar o País além de 4 anos?" Hoje, quando vamos à base — esses estudantes fizeram esse trabalho dos legados do programa — e perguntamos para as famílias qual é o principal resultado do Proambiente, elas respondem que é ter um plano de futuro. O próprio Governo diz que não pode continuar, porque plano elaborado não é resultado. M

Então, eu acho que podemos partir desse tipo de modelo, que é o Proambiente, que tinha uma toada muito forte de planejamento de longo prazo, valorizando a questão ambiental, valorizando a questão cultural, as questões de gênero e tudo o mais. E também poderia haver, dentro de um fundo — acho que o Fundo Amazônia, no caso do bioma Amazônia, poderia servir para isso —, uma estratégia muito forte de recuperação de áreas degradadas, de recuperação de matas.

Basicamente, Deputado Airton, acho que para podermos ter sucesso com o programa de serviços ambientais precisamos ter política pública, orçamento definido por lei e precisamos recuperar programas territoriais. A questão ambiental está totalmente associada à questão territorial de escala. Não adianta eu estar na minha propriedade fazendo um modelo e ter, em volta, todo um outro modelo degradante, sob o ponto de vista não só ambiental, mas também social. A minha propriedade vai ter muito pouco efeito no todo. Então, com uma estratégia territorial perpassando várias propriedades, em escala de paisagem, o programa territorial é fundamental para o sucesso de um programa que preveja a provisão de recursos.



Para finalizar, como eu já disse no começo, gostaria de reforçar que quando falamos em serviços ambientais temos de garantir a provisão de recursos ambientais. Sabemos que parte do público pode recebê-lo, mas outra não precisa.

No Brasil há um mecanismo muito interessante, o ICMS Ecológico, que garante a prestação de serviços ambientais sem que ninguém precise ser remunerado por isso.

Nós temos de ser inventivos e ter várias formas de prover o recurso e definir com caráter distributivo quem tem direito ou não a algum tipo de remuneração. Tem que haver um recorte social para isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Airton Faleiro. PT - PA) - Obrigado, Luciano Mattos, pelas contribuições. O senhor terá de se somar às equipes da Casa para ajudar na formatação desses projetos, assim como o Márcio Santilli.

Concedo a palavra ao Sr. Joaquim Belo, Presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas.

O SR. JOAQUIM CORREA DE SOUZA BELO - Bom dia a todos. Cumprimento o Deputado Airton Faleiro, o Sr. Luciano Mattos, o Sr. Márcio Santilli, a Sra. Kátia Penha, os colegas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento — MPA e a plenária, que está aqui para ver o que sai desta conversa.

Na verdade, depois de ouvirmos os oradores que me antecederam, percebemos uma grande contradição do momento em que se vive em relação àquilo que a sociedade almeja. Quando percebemos algumas informações sobre o que a sociedade quer quando se trata pelo menos da questão da qualidade de vida do ponto de vista do consumo principalmente dos alimentos, vemos que a grande maioria cobra o que é natural num serviço de qualidade. Ou seja, o que estamos discutindo aqui: alimento saudável, ar puro para respirar, água de qualidade para beber. É isso que a sociedade cobra. Na contramão disso, vemos políticas do sistema produtivos deste País. Já temos aí um problemão para enfrentar. Eu acho que o Estado tem responsabilidade grande com isso enquanto Governo e esta plenária aqui também.

Perdoem-me. Sou Joaquim Belo, do Amapá, Presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas, que até 2005 era o Conselho Nacional dos Seringueiros.

Nessa contradição em que vivemos no Estado brasileiro, em que neste momento, como o Márcio colocou, temos a questão do Fundo da Amazônia, ao mesmo tempo em



que diversos projetos caminham na direção de ordenar uma política que incentive quem usa utiliza bem a natureza, o ambiente, temos o desmonte de uma política socioambiental das mais importantes deste País.

Eu tenho acompanhado um pouco essa discussão. Eu não vejo uma saída para o problema que vivemos. Vejo os diversos acordos realizados, como o Acordo de Paris, com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável — ODS, as convenções internacionais para o enfrentamento das mudanças climáticas, principalmente em relação à temperatura do planeta. Vejo o Brasil numa situação delicada neste momento. Não há nenhuma saída para isso se não houver uma grande aliança entre economia, natureza e sociedade. Esse é o tripé desse processo. E a sociedade almeja isso? O sistema econômico não abre mão do seu modelo, e a natureza fica pagando o pato.

Eu falo na Amazônia, porque é o meu ambiente. Alguns estudos mostram que a água da Amazônia está contaminada do Acre ao Amapá, e nós estávamos falando aqui de água. Os dados estão mostrando que o desmatamento está aceleradamente avançando sobre a floresta. O público, tanto os povos indígenas quanto as comunidades tradicionais, que, diferentes de outros, porque seu meio de produção é a floresta, já cumprem um papel fundamental nesse contexto. É o público que, ao longo dessa história, fica abandonado por parte do Estado — muitas vezes, o Estado cometendo até o próprio genocídio desse povo. Eu costumo dizer que, muitas vezes, o principal violador dos direitos humanos dos povos indígenas, das comunidades indígenas, é o próprio Governo, porque nós não temos água, não temos energia naqueles lugares, não temos a mínima condição de sobrevivência, e, mesmo assim, ele ainda vai tratorando por cima com as suas medidas.

Nesse sentido, quando se trata da questão dos serviços ambientais, há diversas iniciativas aqui, mas eu acho que se não houver medidas de taxaço, de tributação forte em cima de quem polui, de quem degrada, isso não muda. É comum, em qualquer lugar, que as pessoas só sintam o baque quando bate no bolso. Eu não acredito muito que essas medidas políticas vão resolver. Ou bate no bolso de quem está cometendo os crimes ou não vai mudar.

Eu me lembro da questão dos automóveis neste País, ou da questão dos lixões neste País. Foi dado um prazo para as Prefeituras, para os Governos combaterem o lixão, o que também tem a ver com o que nós estamos falando aqui, e para as empresas



automobilísticas produzirem motores com mais eficiência, para não poluírem o ar, e não houve mudança. Acabou o prazo para as Prefeituras tratarem o lixo, e não mudou.

Então, há que se ter uma política para taxar, tributar fortemente quem comete isso. E aí eu acho que o Luciano tocou num ponto ao falar sobre o acordo entre o MERCOSUL e a Comunidade Europeia, que é justamente isso. Se não houver uma taxaço, uma tributação em cima de quem comete esses grandes crimes... O caso de Mariana e o de Brumadinho, por exemplo, são uma coisa vergonhosa para este País, mas é o modelo.

Eu lembro que, em janeiro deste ano, Goiás e Mato Grosso decretaram estado de calamidade financeira. Eu fiquei assustado com aquilo, porque são os Estados em que o agronegócio é parte pujante do processo. E estão em calamidade financeira? Então, não é verdade o que eu estava ouvindo, que o agronegócio é a grande salvação? Então, por que Goiás e Mato Grosso estavam em estado de calamidade financeira? Há muita contradição nesse aspecto.

É fundamental — e o Márcio Santilli citou algumas coisas sobre essa temática — que se busque equilíbrio sobre isso. Ou unem-se sociedade, economia e natureza, ou não vai funcionar, porque a tecnologia não dá conta disso. Só a natureza consegue fazer o processo, porque não vai ser a tecnologia a dar conta disso. *"Não, a tecnologia vai dar conta disso"*. Não vai dar conta.

Eu estou num Estado em que nós estamos acompanhando algumas coisas muito sérias que estão acontecendo. Eu trabalho com açaí. Em alguns lugares o açaí está secando no pé. É efeito do calor, em função desse grauzinho que aumentou? Há região em que a mandioca, que é a principal economia da pequena produção, está cozinhando debaixo da terra. Isso é assustador!

Então, ou esta Casa, esta Comissão, tem a coragem de enfrentar o debate que está colocado sobre a crise ambiental por qual estamos passando no mundo, e o Brasil é parte importantíssima dessa estratégia, porque sempre teve a liderança sobre isso, e essa temática aqui, de serviços ambientais, contribui para isso, ou essa batalha estará perdida. Nós que estamos lá no meio da floresta, nas comunidades, estamos sentindo os efeitos concretos das mudanças que estão acontecendo. E quem acompanha um pouco esses mapas e essa situação deve ter informação melhor.

Essa questão dos serviços ambientais tem essas fontes do serviço público, mais ou menos, mas essa tributação é importante para a sociedade, porque nós só queremos



viver bem, só queremos respirar bem, só queremos comida de qualidade, só queremos água de qualidade. Deixar para tecnologia resolver isso e não dar atenção para a natureza como ela quer é chover no molhado.

Eu quero deixar registrada aqui a minha preocupação. Nós trabalhamos com uma produção de floresta, que são ativos que não colocam em risco a natureza com essa questão de degradação. Eu trabalho com açaí, com castanha, com óleos, com o peixe do rio. A natureza é a aliada maior desse processo, desse segmento da Amazônia que como meio de produção a floresta em pé. Desse legado de que a minha instituição faz parte, nesses últimos 30 anos, nós temos 13% da Amazônia que cumprem esse papel muito bem. E como nós vamos sustentar esse legado, assim como o legado dos povos indígenas, que é extraordinário, e o dos quilombolas? Como vamos sustentar isso? Se os senhores forem a algumas regiões que conhecemos, verão que essas populações ainda não têm nem escola. Nós estamos trabalhando neste momento alguma coisa que possa compensar isso, mas é diferente o cidadão que está no centro de São Paulo, que teve toda a oportunidade e o conforto, e uma comunidade da Amazônia, que não teve a chance de ter uma escola. Isso tudo está nessas contradições que estamos colocando aqui.

É importante enxergarmos o Brasil que temos, a sociedade que temos e a biodiversidade que temos. O Brasil tem essa chance, porque não conheço um país deste planeta que conte com a riqueza que tem o nosso Brasil. E nós estamos jogando essa riqueza toda fora, encurtando a vida deste País.

Eu queria deixar aqui o meu agradecimento pelo convite.

Queremos acompanhar isso de perto, através dos nossos técnicos, o Luciano e o Márcio Santilli, que acompanham isso, para socializarmos com o que está acontecendo aqui, porque eu fico lá pela comunidade, eu pouco venho aqui. Gosto da minha floresta, gosto de estar lá, porque lá, neste momento, ainda estou comendo o meu peixe saudável, o meu camarão saudável, o meu açaí batido na hora e assim por diante. É lá que eu tenho isso. Aqui não tenho mais isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Airton Faleiro. PT - PA) - Obrigado, Sr. Joaquim Belo.

Deputado Celso Maldaner, seja bem-vindo.



Eu já franqueei aqui a palavra. Disse que a qualquer momento, caso queira, o Parlamentar poderá fazer uso da palavra. Faremos permuta com os integrantes da Mesa.

Já falaram três expositores. Agora, vamos ouvir a Sra. Kátia Penha, da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.

Depois, vamos para os últimos dois expositores.

Tem a palavra a Sra. Kátia Penha.

A SRA. KÁTIA PENHA - Bom dia a todos e a todas. Quero aqui cumprimentar a Mesa, cumprimentar a minha companheira Edna Paixão, do Estado de Pernambuco, da CONAQ. Esta semana nós mulheres quilombolas estamos fazendo uma semana de mobilização e algumas intervenções nesta Casa.

Desde terça-feira nós estamos aqui. Tivemos ontem a criação da Frente Parlamentar a favor dos territórios quilombolas, porque acreditamos que é a partir da regularização fundiária em nossos territórios que conseguiremos continuar preservando as nossas matas, os nossos recursos naturais.

Ontem à tarde, tivemos uma audiência pública sobre o território de Alcântara. Eu acho que vários Deputados desta Casa têm acompanhado o que o atual Governo quer fazer com aquelas comunidades do território de Alcântara e com outros territórios pelo Brasil afora.

Também fomos convidados para estar aqui hoje dialogando com sobre o que é a CONAQ, o que nós, enquanto comunidades quilombolas que estão nos territórios, estamos fazendo, porque muitos desses territórios estão sendo ocupados por grandes empresas de agronegócio, que desmatam, e nós continuamos preservando as nossas matas.

Como esse pagamento de serviço ambiental vai chegar até nossas comunidades? De que forma esta Comissão vem trabalhando talvez por uma perspectiva de legislação? Acho que é preciso dialogar muito mais com a sociedade civil e com os povos tradicionais, porque nós somos detentores da preservação da biodiversidade e dos recursos naturais que estão dentro dos nossos territórios.

Eu não trouxe eslaides. A minha fala é uma reflexão para esta Comissão escutar os povos que estão dentro das florestas, escutar as comunidades quilombolas, os povos indígenas, que preservam as florestas, das quais tiramos os recursos que nos alimentam.



Todos os dias estamos tirando da floresta aquilo que nos sustenta, colocando na nossa mesa, preservando as nossas nascentes.

Então, de que forma os senhores nos veem com as nossas matas preservadas? Nós somos assediados diariamente pelas grandes empresas para essa questão do pagamento de serviço ambiental. Muitas vezes vão até o território, não passam, não dialogam, vão levando uma coisa para aquela comunidade que não tem nada a ver com o que está sendo discutido na legislação brasileira.

Trouxemos essa reflexão porque nós estamos lá, estamos localizados em uma das regiões mais ricas de biodiversidade deste País. Como esta Casa está vendo essas comunidades, que são detentoras e preservadoras da natureza em diversos biomas deste Brasil? Nós estamos na Mata Atlântica, no Cerrado, na Amazônia. Como os senhores estão vendo tudo isso para inserir as comunidades? *"Não, beleza, nós preservamos a mata, vamos receber por isso"*. Como? Nós vamos poder continuar usando as nossas matas? Porque não é isso. Muitos contratos estão sendo feitos e encaminhados para as nossas comunidades, num assédio das grandes empresas, que são as que mais desmatam. Depois querem pagar um preço para as nossas comunidades, porque nós preservamos a floresta. De que forma isso está sendo dialogado aqui? Qual é a renda, qual é o dinheiro que vai ser pago?

Acho que a natureza não tem preço, ela não precisa ser precificada. Nós temos que achar um consenso sobre a forma como o Brasil está vendo as mudanças climáticas acontecendo a todo momento e o desmatamento na Amazônia aumentando. Nós estamos sendo encurralados pelo agronegócio e somos envenenados diariamente. Produzimos alimentos agroecológicos, mas um avião passa e mata tudo, porque joga veneno. E a cada dia está sendo liberado mais agrotóxico neste País. Então, qual é o diálogo que os senhores desta Comissão estão vendo para esses povos da floresta?

A biodiversidade e o conhecimento não têm preço. Vemos uma disputa pela biodiversidade e pelos biomas em que vivemos, por serem riquíssimos, também há o conhecimento tradicional ligado ao patrimônio genético. Vemos com desconfiança essa Economia Verde, que prioriza o dinheiro e o valor de mercado. Nós vemos com desconfiança isso, porque nós não estamos inseridos nas Comissões. Nós precisamos dialogar mais com o que V.Exas. estão propondo, porque nós preservamos. Nós é que somos os detentores da natureza.



Como esta Comissão está vendo isso? Há um projeto — o Márcio Santilli colocou algumas coisas. É preciso abrir para que a sociedade seja escutada. De que forma nós queremos participar desse pagamento de serviço ambiental? De que forma nós vamos ser inseridos nisso? Como vamos preservar nossas matas, nossos recursos naturais? O que vai ficar para a comunidade? Será que nós vamos poder usar nossas matas? Será que nós vamos poder tirar as raízes das nossas matas?

Em São Paulo, no Vale do Ribeira, não é isso que está acontecendo. Várias empresas internacionais, de países que fazem com que o clima esteja assim, por causa da industrialização, que para eles é o desenvolvimento, estão assediando as comunidades em função das matas. Eles dizem: *"Vou pagar um valor para vocês preservarem, mas vocês não podem mais mexer aqui. Não podem mais fazer as suas roças"*. Que pagamento de serviço ambiental é esse? É para preservar para quem? O que vai ficar para as nossas comunidades?

O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA) - Só quero registrar que está conosco o Deputado José Mario Schreiner, de Goiás.

V.Exa. também nessa correria, indo e vindo, né?

Obrigado.

A SRA. KÁTIA PENHA - Uma companheira de São Paulo trouxe uma reflexão na nossa última rodada sobre pagamento de serviço ambiental. Ela falou assim: *"Tratamos a saúde da nossa comunidade usando as raízes das nossas matas, e no contrato da empresa que queria nos pagar para preservar aquela mata dizia que nós não poderíamos tirar nenhuma planta, não poderíamos entrar. Nós teríamos que preservar, mas nós não teríamos mais acesso, porque haveria monitoramento de fora"*.

Como nós vamos cuidar da nossa família? O nosso remédio está lá! Nós moramos muito longe da cidade. Nós não temos políticas públicas, não temos posto de saúde, não temos médico indo à comunidade. Os nossos remédios estão dentro das nossas matas. A nossa água, as nossas fontes curativas de água estão dentro das nossas matas. Nós preservamos diariamente, nós sabemos lidar com isso. Há remédio que em determinado mês, com aquela lua, nós não podemos tirar. O que nós vamos receber? Será que esse recurso que nós vamos receber pelo pagamento da preservação desses territórios vai garantir que nós cheguemos à cidade a tempo? Quais são as políticas por trás disso, Deputado? Então, a CONAQ faz essa reflexão.



Nós precisamos conhecer o programa e colocar o nosso ponto de vista para esta Comissão e para esta Casa. Nós vamos continuar preservando, mas também há uma reflexão no sentido de que é preciso, de fato, regularizar nossas terras.

Eu moro em um território em que, em frente à minha casa, há eucaliptos, mas a nossa mata está preservada. Dentro dessa mata preservada, há uma área de preservação permanente que, a todo momento, me diz que eu não posso entrar na minha mata. No meu eucalipto, não há nenhuma biodiversidade ali, não há nenhum cipó que eu possa tirar para eu fazer a minha vassoura.

Então, eu acho que é preciso nós conhecermos isso, de fato, e não as empresas irem aos nossos territórios já levando um contrato — nós mal conhecemos as leis que regem o País — dizendo: "*Se você preservar essa área de mata aqui, você vai receber tanto por hectare*". E aí? As comunidades retiram das suas matas toda a sua geração de renda. Será que esse recurso vai ser suficiente para que aquelas famílias sobrevivam? Será que esse recurso vai dar? Será que esse dinheiro no final do mês vai dar? Porque não é tanto assim. Ou nós somos leigos em relação ao contrato que está sendo encaminhado? O último contrato que chegou para nós estava em inglês! Só havia o local de assinar.

De que forma o Brasil vê isso? Como esta Casa e esta Comissão entendem o pagamento dos serviços ambientais a partir do nosso modo de vida, das comunidades tradicionais e dos povos quilombolas, detentores e preservadores da biodiversidade deste País?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Airton Faleiro. PT - PA) - Obrigado, Sra. Kátia Penha.

Três Parlamentares pediram a palavra, os Deputados Celso Maldaner, Nilto Tatto e José Mario Schreiner. Mas podemos ainda ouvir os expositores que estão faltando falar?

Só queremos dialogar. É um pouco o objetivo da audiência criar oportunidade para que as populações tradicionais venham dizer como elas podem se ver num projeto de lei de pagamento de serviços ambientais. Nem tudo o pagamento de serviços ambientais vai resolver. Há coisas que são políticas públicas de outras áreas, né?

Mas você tem razão. Eu acho que são muito pertinentes as suas observações. Vamos ter que ir junto construindo essa legislação federal, digamos assim, para que vocês se sintam contemplados com ela.



Vamos ouvir o Sr. João Fernandes, Chefe da Assessoria de Assuntos Socioambientais do Ministério da Agricultura, Pesca, Pecuária e Abastecimento.

O SR. JOÃO ADRIEN FERNANDES - Muito obrigado, Deputado Airton Faleiro, pela mediação. Gostaria de agradecer a todos pelo convite e parabenizar esta Comissão por trazer esse tema para debate.

Sou João Adrien. Sou Chefe da Assessoria de Assuntos Socioambientais do Ministério da Agricultura e atuo juntamente com a Ministra Tereza Cristina. Após essa reestruturação do Executivo, o nosso Ministério passou a ter novas atribuições. Entre elas, está a pesca, a agricultura familiar, o serviço florestal brasileiro, que é toda a parte do Código Florestal, que hoje está dentro do Ministério da Agricultura. Então, de fato, surgiu a necessidade de se ter uma assessoria socioambiental para conseguir discutir esses temas.

O Pagamento por Serviços Ambientais é uma agenda que, cada vez mais, ganha corpo. Nós vemos hoje no mundo toda essa disponibilidade de financiar atividades sustentáveis, sejam elas ambientais, sejam elas culturais, sejam elas tradicionais, sejam elas outras atividades. O Brasil torna-se um país muito propício para se colocar como receptor desses recursos e poder desenvolver essa atividade socioeconômica sustentável.

No âmbito do Governo, esse tema está sendo liderado pelo Ministério do Meio Ambiente. O Diretor Joaquim Pereira Leite, que foi nomeado ontem, está com um problema de saúde e está hospitalizado. Nós já conversamos um pouco. Ele agradeceu o convite, mas não pôde estar presente e coloca-se à disposição para seguir esse assunto.

No âmbito do Ministério da Agricultura, vamos falar um pouco mais no tocante à propriedade rural, que tem tido uma importante contribuição para a discussão da sustentabilidade.

Acho que vale enumerarmos aqui as várias formas existentes hoje de esse Pagamento por Serviços Ambientais — PSA chegar a trazer desenvolvimento social e sustentável, entre vários outros.

No âmbito do setor agropecuário, nós temos hoje um grande potencial para que a nossa agricultura siga sendo sustentável. Hoje o Brasil preserva em torno de 66% de áreas com floresta nativa. Desses 66%, 25% estão dentro das propriedades rurais. Então,



o produtor rural passa a ter também, além de uma responsabilidade com a segurança alimentar, uma exigência e uma contribuição para a preservação ambiental.

Evidentemente, como foi falado anteriormente, toda essa nossa sustentabilidade tem um custo, traz um ônus econômico, mas traz também vários benefícios ambientais. Acho que o nosso grande desafio, como País, é conseguir sair de uma sustentabilidade focada no comando e controle para uma sustentabilidade focada no desenvolvimento social e econômico, seja isso na atividade agropecuária de escala, seja isso no extrativismo, seja isso no extrativismo da biodiversidade; é identificar como o desenvolvimento social e sustentável também traz frutos econômicos e benefícios para as populações e para todo o nosso País.

Acho que o PSA, Deputado, vem numa boa hora, porque sai de uma política ambiental focada somente no comando e controle, o que é necessário, mas também gera toda a possibilidade de desenvolvimento social e econômico.

Como nós conseguimos valorar a nossa floresta, valorar a nossa biodiversidade, valorar os povos tradicionais que dependem dessa atividade para a sua subsistência e sobrevivência? De fato, temos grande potencial para termos a nossa biodiversidade como grande valor econômico e social. Acho que isso pode ser uma grande contribuição que temos a dar nos próximos anos.

O SR. PRESIDENTE (Airton Faleiro. PT - PA) - Eu peço licença ao senhor para registrar aqui a presença do nosso Deputado Schiavinato e chamar o Deputado Nilto Tatto para presidir por um instante aqui a nossa Mesa.

Pode continuar, por favor.

O SR. JOÃO ADRIEN FERNANDES - Cumprimento o nosso Deputado Nilto Tatto, grande defensor da agricultura familiar, que tem sido um grande parceiro de todo produtor rural.

Então, eu acho que temos este grande desafio. E o PSA torna-se, de fato, um instrumento importante para consolidar essas nossas atribuições da sustentabilidade e um fator diferencial do nosso País.

Acho que o nosso representante da EMBRAPA trouxe aqui alguns desafios internacionais. De fato, nós vamos vivenciar uma situação de livre comércio com a União Europeia que traz não só uma grande oportunidade para nós, comercial e econômica, mas também diversos desafios de como os nossos produtores familiares, os nossos



povos tradicionais, vão conseguir se inserir numa abertura de mercado que vai trazer produtos, talvez, muito mais competitivos do que os nossos. É aí que se insere o PSA como um instrumento que pode gerar incentivo econômico, benefício para esses produtores e para essas populações que vivem nessa situação de competitividade, de exposição a um mercado que, em termos de produção regional, produção tradicional, está mais avançado do que o nosso. Na Europa, hoje, acho que há 3 mil denominações de origem; nós temos 33 ou 70, se eu não me engano. Ou seja, nós temos um déficit em conseguir valorizar a nossa cultura, a nossa tradição, a nossa regionalidade. Então, podemos enxergar o PSA como uma ferramenta para fortalecer esse tipo de situação.

Analisando um pouco o texto da Política Nacional de PSAs, acho que nós temos algumas adaptações a serem feitas. Vale voltarmos à discussão, principalmente porque o texto não trata, ou não deveria tratar, somente dos investimentos públicos, porque o PSA hoje acontece, o PSA hoje é uma realidade. Eu acho que a lei pode ajudar a institucionalizar essa atividade. Hoje, se um produtor ou até uma comunidade fizer um contrato de PSA, não há um reconhecimento dessa figura jurídica. Então, não existe hoje a estrutura do PSA como um instrumento jurídico. Eu acho que a lei pode e deve criar isso porque, a partir do momento em que temos toda uma previsão tributária, legal sobre o PSA, fica muito mais fácil podermos gerar uma economia sobre esse setor. Nós não temos isso. E acho que a lei pode e deve trazer isso.

Agora, não devemos restringir isso somente ao setor público porque existe uma grande quantidade de recursos no setor privado que pode financiar os PSAs, por exemplo, através do Fundo Amazônia, que, por mais que seja público, é dinheiro internacional. Nós também podemos ampliar esses recursos para as fontes privadas. No âmbito do Serviço Florestal Brasileiro, temos a Cota de Reserva Ambiental — CRA, estabelecida pelo art. 44 do Código Florestal, Lei nº 12.651, de 2012. Nós regulamentamos, no ano passado, a CRA, com a possibilidade também de PSA. Ou seja, o produtor rural que tem excedente de reserva legal pode emitir uma CRA para compensação e também pode emitir uma CRA para PSA.

Isso também se torna um instrumento importante e fundamental para a questão do combate à ilegalidade. Hoje o grande problema do desmatamento é por causa da ilegalidade. Dados do Ministério do Meio Ambiente mostraram que 70% do desmatamento da Amazônia aconteceram em terras públicas não destinadas e terras devolutas. Então, a



ilegalidade em nosso País é um grande problema para a conservação do nosso meio ambiente. Comando e controle somente talvez não resolvam a questão. Nós precisamos de incentivos econômicos para que a floresta tenha valor e o produtor, entre outras coisas, possa preservar.

Eu queria fazer um parêntese. A Kátia trouxe aqui uma coisa muito relevante, que eu acho que não é tema específico desta Comissão, Deputado Nilto, mas que eu gostaria de colocar, que é a questão do problema fundiário que nós temos no Brasil. Esse é um problema sistêmico, uma doença sistêmica, porque não conseguimos titular as nossas terras. Portanto, hoje a degradação, a invasão e a grilagem de terra são as grandes ameaças que nós enxergamos para a preservação do nosso meio ambiente. E eu acho que esta Comissão deveria encabeçar este debate: titulação de terra e segurança fundiária.

Feito esse parêntese, agora eu volto para a discussão sobre PSA. Eu quis fazê-lo porque a Kátia trouxe um problema muito sério, que é essa insegurança fundiária que nós temos no País. Hoje invadir e grilar terra pode ser muito mais rentável do que você ter uma atividade regularizada. Eu falo isso com o Governo, mas eu acho que é uma coisa que temos de entender e combater. Eu acho que o nosso Ministério, junto com o Governo, está muito focado na questão da segurança fundiária. Então, voltando ao texto do PSA, eu acho que nós não devemos somente focar a discussão no âmbito dos investimentos públicos, ou seja, devemos trazer também toda uma segurança, um arcabouço para a discussão do investimento privado.

Outro tema é a questão do carbono. Nós temos uma grande discussão sobre REDD — Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, um tema que hoje não está ativo no País. O Governo foi um pouco reticente sobre a questão do REDD, mas hoje nós temos uma visão muito mais positiva sobre esse tema. Devemos lembrar que este ano, na Conferência do Clima, que acontecerá no Chile, nós fecharemos o texto do Acordo de Paris que vai ser implementado ano que vem. Então, este ano é decisivo para que nós possamos colocar a discussão de carbono, os instrumentos de REDD e também os PSAs, para que seja algo que possa ter uma contribuição internacional para o desenvolvimento.

Eu acho que a Kátia trouxe outro ponto importante, que é o seguinte: nós não devemos focar somente na preservação e na conservação sem a possibilidade do manejo



sustentável. As comunidades tradicionais devem e precisam dessa exploração central para a sua subsistência, e o PSA deve reconhecer isso. O PSA não precisa ser algo extremamente impeditivo, porque isso vai gerar de fato a ilegalidade, algo que nós não queremos.

Temos aqui um Deputado lá de Santa Catarina. Eu acho que o exemplo claro disso é a proibição no âmbito do manejo da araucária, que está levando à extinção da espécie, justamente porque nós não podemos ter um manejo sustentável que permite renovar as florestas. Essa proibição totalitária do manejo de araucária está levando à sua extinção.

Isso é muito curioso, porque nós proibimos o manejo de uma floresta nativa brasileira e permitimos o manejo de espécies exóticas como eucalipto e pinus. Então, existe uma lógica proibicionista e restritiva que nós temos que mudar no Brasil. Se nós partirmos somente para a ideia de manejo, de controle totalitário das nossas áreas, a nossa biodiversidade morrerá, não faremos dela uma grande atividade econômica, social, sustentável, evidentemente. E aí traremos espécies exóticas para ter uma atividade econômica. Então, eu acho que temos que mudar essa lógica.

A nossa biodiversidade, a nossa floresta tem potencial social e econômico para o desenvolvimento, por isso nós temos que fortalecê-la de forma sustentável.

Outra questão é com relação ao art. 6º do texto, que fala em questões monetárias, Deputado. Eu acho que nós não devemos pensar somente em atividades monetárias. Nós temos várias outras formas de PSAs que podem acontecer: questões tributárias, questões fiscais e também monetárias indiretas. A assistência técnica pode ser um tipo de PSA. Então, eu acho que o texto não deve definir as questões, especificar os limites do PSA. Ele deve, sim, permitir que a iniciativa privada, os Estados e os Municípios criem suas próprias formas de PSA.

Eu acho que o mais importante do texto é criar a figura existente da atividade de Pagamentos por Serviços Ambientais, para que isso seja reconhecido pela economia e pela Fazenda como uma atividade existente, mas não limitar onde podemos, onde não podemos, o que podemos e o que não podemos.

Outro exemplo disso: foi colocado no texto a não possibilidade de PSAs em reserva legal e APP. Eu não acho que isso tenha que ser restritivo, até porque o Município de Extrema já faz um PSA. Um dos PSAs que ele faz é restaurar a APP para finalidade de conservação de nascentes, através do dinheiro para cercas, e assim por diante. Então, é



uma coisa que você vai restringir para algo que pode acontecer. Por isso eu acho que o nosso texto não deve ser restritivo, ele deve ser um texto que traga segurança jurídica, que consolide de fato os anseios das populações tradicionais, os anseios dos produtores rurais familiares e dos reprodutores como um todo. Enfim, deve ser um texto que não restrinja, mas que permita que a iniciativa privada e o Governo desenvolvam essas alternativas.

Então, encerro a minha fala e me coloco à disposição para perguntas e colocações. Agradeço a esta Casa por promover este debate com uma diversidade de opiniões e de visões que são fundamentais para que consigamos de fato ter um desenvolvimento social, econômico, sustentável e fazer da biodiversidade da nossa atividade agrícola, das nossas comunidades e povos tradicionais uma grande característica e uma grande riqueza do nosso País.

Muito obrigado. Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Airton Faleiro. PT - PA) - Obrigado, João Adrien.

Vamos agora passar a palavra para o nosso último expositor, Gustavo Fontenele, que é Coordenador-Geral de Energia Renovável e Sustentabilidade do Ministério da Economia.

O SR. GUSTAVO FONTENELE - Bom dia, Deputado Airton Faleiro. Bom dia a todos e todas da Comissão. Bom dia, Srs. Deputados e demais pessoas presentes. Para nós do Ministério da Economia é uma grande satisfação estar aqui presente. Este tema é da maior relevância para todos nós, sem dúvida nenhuma. Eu concordo com todas as palavras do meu colega de Governo, do Ministério da Agricultura, e vou aproveitar um pouco o que já foi falado por todos os participantes.

Em primeiro lugar, essa necessidade de institucionalizar um instrumento é algo da maior urgência, é crítico, mas eu também preciso concordar e entender que essa questão de uma limitação estrita pode prejudicar os excelentes projetos que nós temos em condição em nosso País. Isso é muito importante que seja dito, porque, apesar de muitos problemas e dificuldades que nós temos, o Brasil é um líder e possui casos exemplares de PSA que são reconhecidos nacional e internacionalmente.

Então, Deputado, o texto, que vem muito a contribuir e traz um conjunto de aspectos positivos nesse elemento de institucionalização, traz limitações que podem inclusive inviabilizar projetos que já foram desenhados ou que já estão em curso ou que estão



planejados para acontecer. Nesse sentido, é muito importante que se abra essa margem para termos uma flexibilização.

A segurança jurídica, sem dúvida nenhuma, é uma grande contribuição. Mas essa segurança jurídica, em outras palavras, não pode de forma nenhuma prejudicar aquilo que já está sendo feito. Entender PSA é também entender os benefícios e reconhecer economicamente os ganhos que os ecossistemas geram. Agora, é importante também entender a palavra pagamento. Por isso, é fundamental que se defina objetivamente a valoração. Esse é um elemento da maior importância, para que se tenha a dimensão.

Eu entendo perfeitamente a nossa colega de Mesa, Kátia, que é muito bem-vinda, e foi uma satisfação ceder o meu lugar para a senhora. Porém, eu entendo também que é fundamental sabermos precificar o que é um PSA, os benefícios que ele gera, sabermos de quais limites estamos falando. Sem dúvida nenhuma, são benefícios imateriais, por assim dizer, que precisam ter uma definição econômica muito bem definida. Caso contrário, não faz sentido nenhum falar de PSA. Então, é importante que isso se faça. E essa valoração precisa seguir critérios objetivos na sua fixação. Caso contrário, nós vamos perder aquilo que o PSA pode trazer em termos de maior objetividade, de maior entendimento.

É importante também acolher essas opiniões do colega do Ministério da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Pesca — desculpe-me —, porque hoje o País vive um momento fiscal muito crítico. Esse momento fiscal precisa ser entendido também como uma oportunidade para que se abram outras janelas. E o projeto de lei tem que permitir que essas outras janelas ocorram, porque, caso contrário, lamentavelmente, os entes públicos, em outras palavras, não poderão assumir todas as compensações ou todos os pagamentos previstos pelo PSA. Então, entender essa situação fiscal e também entender, de forma muito clara, os impactos econômicos do PSA e a sua relevância na valoração são de suma importância.

Dito isso, coloco-me à disposição, Deputado. E gostaria de dizer que o Ministério da Economia possui, não só na minha área, mas também em outras áreas, bastante conhecimento e massa crítica para contribuir com as discussões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Airton Faleiro. PT - PA) - Obrigado, Gustavo Fontenele.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Celso Maldaner.



O SR. CELSO MALDANER (Bloco/MDB - SC) - Bom dia, Deputado Airton Faleiro, proponente deste evento.

Agradeço a presença a todos os nobres palestrantes. Eu acho que é muito importante virmos aqui buscar conhecimento sobre um tema que é tão caro, tão importante. Precisamos ouvir, discutir. Eu não pude participar desde o início.

O Código Florestal brasileiro já prevê a regulamentação do Pagamento por Serviços Ambientais. Muitos projetos estão tramitando aqui na Casa. Eu acho que o do Deputado Arnaldo Jardim é o projeto que está mais avançado, como se diz. Mas reafirmo que é importante ouvirmos, perguntarmos.

Eu tive a oportunidade de participar, na Costa Rica, de um seminário, juntamente com o Sr. Duarte, Prefeito de Ribeirão Preto, São Paulo, sobre a questão ambiental e o Pagamento por Serviços Ambientais. Lá eles têm uma experiência muito positiva. Eu não sei de onde vai sair o dinheiro para o Pagamento por Serviços Ambientais. Então, eu me pergunto de onde vai sair o dinheiro. Será que nós vamos conseguir esse dinheiro através de multas — agora a política é não multar mais —, através de incentivos fiscais ou através de tributação? Como vamos viabilizar o dinheiro para o Pagamento por Serviços Ambientais? De onde vai sair o dinheiro?

A experiência da Costa Rica é: 2% da energia das grandes hidrelétricas vão para esse fundo; 2% de todo o consumo do petróleo, que polui, vai para esse fundo; há os recursos que oriundos de outros países, como Noruega, etc. Quer dizer, dinheiro do mundo vai para esse fundo. E esse fundo paga por hectare.

Nós fomos visitar experiências no meio rural, as bacias hidrográficas, que produzem água. O agricultor preserva a fauna e recebe um pagamento por hectare para preservar a flora, a fauna, etc. porque é um patrimônio particular.

Segundo levantamento feito no Brasil pelo Dr. Evaristo de Miranda, através do CAR — Cadastro Ambiental Rural em 4,5 milhões de propriedades, existe um patrimônio de mais de três trilhões e cento e poucos bilhões de reais, um patrimônio particular preservado, que tem de se preservar, e não se recebe nada para se preservar isso.

Eu estou falando do proprietário rural, do agricultor familiar que tem APP, que tem reserva legal, que tem 25%, no mínimo, da sua propriedade já preservada. Como se vai, na prática, ter dinheiro para pagar para preservar? Em vez de produzir, preservar.

Aqui no Brasil...



O SR. PRESIDENTE (Airton Faleiro. PT - PA) - Deputado, peço licença para eu cumprimentar e dar as boas-vindas ao Deputado Zé Vitor e à Deputada Dra. Vanda Milani.

Vamos continuar o debate.

O SR. CELSO MALDANER (Bloco/MDB - SC) - O grande debate hoje é o licenciamento ambiental, o PL 3.729/04. O escolhido para ser o Relator foi o Deputado Kim Kataguiri, que está fazendo audiências públicas com todos os segmentos sociais. O objetivo do PL é facilitar, porque bilhões e bilhões de reais estão deixando de ser investidos no Brasil devido à questão ambiental.

Eu hoje considero o licenciamento ambiental, esse PL, mais importante do que a reforma da Previdência, talvez até tão importante quanto a reforma tributária.

Este tema vai facilitar, desburocratizar, implementar de fato a Lei Complementar nº 140, de 2011. Hoje 95% dos licenciamentos ambientais são do Município, que é onde as coisas acontecem realmente. É aquela história: o cidadão mora no Município, que é onde as coisas acontecem. Então, vai dar autonomia para os Municípios na questão ambiental esse projeto.

Como eu disse, esse é um tema muito importante e interessante. Eu só estou preocupado com isto: de onde vai sair o dinheiro para o Pagamento por Serviços Ambientais?

Eu escutava atentamente a Kátia. Achei importante a fala dela. Existem experiências exitosas no Brasil, como é o caso do Município de Extrema, em Minas Gerais, e outros projetos. Mas hoje o dinheiro que está vindo do exterior, da Noruega, está indo para quem preserva realmente? Ele está indo para a comunidade quilombola, para o indígena, para o ribeirinho, para o agricultor familiar? Eles estão recebendo este dinheiro ou o dinheiro está ficando no meio do caminho para as ONGs internacionais que o controlam? Para onde esse dinheiro, esses bilhões de reais estão indo? Como fazer chegar o dinheiro ao interessado, àquele que preserva e é dono do patrimônio? Então, essa é uma preocupação muito grande que eu tenho.

Gostaria de ouvir os palestrantes sobre como vamos, na prática... Não sei se o Brasil hoje, com essa travessia que estamos fazendo, com o orçamento nacional comprometido, tem condições de, por exemplo, tributar mais — a carga tributária é muito elevada — o petróleo, para ter dinheiro para pagar os demais.



Parabéns, Deputado Airton, por este debate tão importante e tão caro para todos nós brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Airton Faleiro. PT - PA) - Obrigado, Deputado.

A Deputada Aline Sleutjes também está conosco. Seja bem-vinda.

Antes de passar a palavra ao próximo Parlamentar, comunico que há algumas perguntas dos nossos internautas. Uma é para o Márcio Santilli.

O SR. CELSO MALDANER (Bloco/MDB - SC) - Permita-me, Deputado Airton. A Deputada Aline é a nossa musa do agronegócio brasileiro. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Airton Faleiro. PT - PA) - Isso, certo.

A Jakeline Corrêa da Cunha pergunta de que projeto de lei o Sr. Márcio Santilli está falando e que sugere mudanças.

O SR. MÁRCIO SANTILLI - Eu estou falando do Projeto de Lei nº 312, de 2015, na versão que foi relatada pelo Deputado Evair de Melo.

O SR. PRESIDENTE (Airton Faleiro. PT - PA) - Obrigado.

Juliana Baladelli Ribeiro diz: *"Bom dia, gostaríamos de parabenizá-los por trazerem essa importante discussão novamente à pauta. Gostaria de perguntar como será a participação popular na tramitação desta lei, se haverá espaço para contribuições das organizações da sociedade civil, beneficiários e prestadores de serviços ambientais."*

É uma boa pergunta. Essa eu mesmo respondo. Está aqui deste meu lado uma representante dos quilombolas, está aqui do meu outro lado um representante dos extrativistas. Eles ajudam e contribuem com este debate.

Os projetos de lei estão tramitando. Então, nós estamos abertos para receber sugestões diversas. Podem nos procurar, podem procurar um Parlamentar com quem tenham mais afinidade, podem trazer sugestões para a Comissão de Meio Ambiente.

O debate continua.

Agora, concedo a palavra ao Deputado Nilto Tatto.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - Cumprimento o Deputado Airton Faleiro e o Deputado Camilo Capiberibe pela promoção deste debate sobre um tema tão importante e fundamental. A própria crise econômica, política e social que vivemos é também oportunidade para pensarmos em como podemos enfrentar 14 milhões de desempregados com alternativa de emprego e renda numa outra perspectiva, nas cadeias



produtivas de baixa emissão de gases de efeito estufa, baixo carbono. O IPCA não deixa de ser uma alternativa.

Primeiramente, eu queria desejar boa recuperação à pessoa que foi nomeada ontem no Ministério do Meio Ambiente e que está hospitalizada. Desejo isso de todo o coração.

Eu não poderia deixar de fazer o registro de que há requerimento de convite ao Ministro do Meio Ambiente. Antes, eu quero colocar para os colegas Parlamentares da Comissão de Agricultura — da qual eu não faço parte — que lá há um requerimento, aprovado há cerca de 1 mês, como há também na Comissão de Meio Ambiente, na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, para o Ministro do Meio Ambiente vir a esta Casa discutir especificamente o que está sendo negociado e principalmente apresentar as denúncias que ele tem propalado, via imprensa, sobre os problemas que há no Fundo Amazônia.

O Ministro tem falado sobre isso, mas até agora não trouxe nada para esta Casa, que tem a responsabilidade de apurar e entender o que está acontecendo. Primeiro, é preciso entender, acompanhar o que está sendo negociado com os doadores e também tomar conhecimento de quais são os problemas existentes. Ele está dizendo que há problemas na execução dos recursos do Fundo Amazônia.

Deputado Zé Vitor, eu estou falando assim, porque parece que ele é o principal Ministro do Governo Bolsonaro. Todos os outros Ministros do Governo Bolsonaro, quando aprovado requerimento para virem a esta Casa, no máximo 1 semana depois, vêm a esta Casa.

Nós temos três Comissões que fizeram o convite, e até agora ele não veio. A promessa é que virá depois do dia 7 de agosto. Eu estou assumindo a responsabilidade de dizer que é molecagem o que esse Ministro está fazendo conosco, e nós não fazemos nada. Nós Deputados não fazemos nada, sendo que nós temos instrumentos nesta Casa para obrigá-lo a vir aqui. Eu também assumo a minha culpa, mas quero compartilhar isso com todos os colegas Parlamentares, principalmente com os da Comissão de Meio Ambiente.

Eu peço desculpas por falar dessa forma, mas é o grau de irritação que sinto pela maneira como nós somos tratados nesta Casa. Ele inclusive foi candidato e teve mais de



500 votos, mas é o Ministro. É um desrespeito àqueles que estão aqui e tiveram votos suficientes para estar aqui dentro como Parlamentar.

Eu fiquei feliz quando os Deputados que fizeram o requerimento colocaram o Ministério da Economia neste debate. É por lá que nós temos de fazer o debate. Isso implica pensar onde colocar os recursos. Tradicionalmente, esse pensamento sobre o significado do Pagamento por Serviços Ambientais não está no centro do poder do Executivo. Estou falando do poder de determinar a destinação dos recursos, seja no planejamento, seja na economia, seja na Casa Civil, podemos colocar assim.

Eu quero inclusive provocar o debate, porque há outros projetos de lei que dialogam nesse sentido.

Quando nós fazemos o debate da função socioambiental, Deputado Maldaner, eu não vejo isso como um problema para o proprietário. Quando ele é obrigado a cuidar da APP, a cuidar da reserva legal, não vejo como prejuízo o fato de ele não estar produzindo soja, cana, eucalipto ou criando gado em cima daquela área.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - Isso, tomate, cebola, alface, o que for.

Esse pensamento de que aquilo que ele está fazendo é importante para ele precisa mudar um pouco também no agro. A água, o clima, a proteção do solo é fundamental para ele. Quando ele assegura aquela APP para produzir esses serviços ambientais para ele, ele está produzindo serviços ambientais também para os outros, para os vizinhos, para a comunidade, para as cidades, para o País, para o planeta. É esse o debate. Então, o agro também precisa mudar esse pensamento. Não é do pensamento hegemônico que estou falando, estou falando do agro. É importante os colegas Parlamentares participarem desse debate para poder incorporar isso.

O Márcio Santilli deu o exemplo de Extrema. Nós temos esses exemplos, bem como os dos projetos apoiados inclusive pelo fundo. Eu sinto que vários Parlamentares não estiveram presentes na audiência de ontem em que nós debatemos o fundo. Está clara a demonstração dos resultados concretos nas comunidades em que os projetos estão sendo financiados pelo Fundo Amazônia. Há números auditados, inclusive pelo Tribunal de Contas.

Acaba sendo reproduzido o discurso do Ministério do Meio Ambiente. Deputado Celso Maldaner, V.Exa. acabou de reproduzir aqui o discurso do Ministro do Meio



Ambiente, que se recusa a vir aqui e mostrar claramente aquilo que ele está discutindo. Ontem nós tivemos oportunidade de discutir com gente do local, com beneficiários que vieram aqui mostrar, em números, os resultados do fundo.

Mas de qual debate eu estou falando, Deputado Zé Vitor, que nós precisamos enfrentar? Nós temos, por exemplo, o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, que não tem um caráter de arrecadação, mas que poderia ter. Se nós o pensarmos de forma progressiva, para remunerar aqueles que cuidam da APP, que cuidam da reserva legal, que tem algo mais como instrumento... Vale dizer que aqueles que não fazem isso, que não se comprometem, que não cuidam daquilo que é importante inclusive para eles, deveriam começar a ser taxados. É uma forma de se ver fundamentalmente um instrumento para se usar, remunerar ou punir.

Eu quero colocar o que nós precisamos. Por isso é importante o Ministério da Economia entender isso. O Brasil, só no âmbito federal, para a cadeia do agrotóxico dá isenção fiscal de cerca de 1 bilhão e 200 milhões de reais por ano. Nós não estamos falando de pagamento daquilo que é financiado, por exemplo, para um pequeno fundo, para uma agência de cooperação, que vem com recursos na casa do mil ou do milhão. Nós estamos falando de bilhão! Nós estamos falando de bilhão! Nós estamos falando aqui de 84 bilhões de reais por ano — o que nós acabamos de aprovar nesta semana — de isenção fiscal para o setor produtivo exportador. São recursos que poderiam ir para a Previdência dos mais pobres. E nós tiramos 84 bilhões desse modelo de agricultura que está relacionado à cadeia dos agrotóxicos, ao modelo insustentável. Já pensou se esse dinheiro aqui também estivesse indo para pagar os serviços ambientais, para valorizar aqueles que estão cuidando da função social da propriedade, para o meio rural? Eu estou falando os valores desses recursos.

Podem dizer: *"Mas o que tem a ver jogar esse debate aqui?"* Tem a ver jogar esse debate porque isto aqui virou moeda de troca para aprovação da reforma da Previdência. Não se conseguiu aprovar no Senado, 15 dias atrás — aprovou-se nesta Casa —, as mudanças do Código Florestal. As mudanças que foram propostas não dialogam com essa perspectiva do Pagamento por Serviços Ambientais. Eu estou falando daquilo que está conceitualmente colocado lá atrás. A conta veio agora, e veio de outra forma.

Não dá para discutirmos Pagamento por Serviços Ambientais se não valorizarmos — e aí eu quero parabenizar aqui o Joaquim e, principalmente, a Kátia, por suas falas —



aqueles que são parceiros da proteção da biodiversidade. Às vezes, fazemos o debate no sentido de que precisamos alocar, depender de alguns recursos para poder pagar aquele serviço e impedir, às vezes, aquelas atividades que tradicionalmente essas comunidades fazem, mas a própria ciência hoje demonstra que as atividades deles contribuem para a conservação da agrobiodiversidade e da própria biodiversidade como um todo.

Então, não adianta trabalharmos também para o Pagamento por Serviços Ambientais se não reconhecermos o papel que a agricultura familiar tem. Por exemplo, na nova política de financiamento do Plano Safra já foi desconsiderado completamente aquilo que é acúmulo, que é ganho de décadas. Hoje a agricultura familiar já não está mais no PRONAF, neste agora, perdeu esse papel.

Aí podem dizer: *"Mas o que isso tem a ver com o Pagamento por Serviços Ambientais?"* Tem a ver com a perspectiva de você valorizar o significado que há por trás da agricultura familiar, que é a diversidade que está no prato da alimentação sadia; e tem a ver com ajudar o serviço ambiental.

Não dá para fazermos esse enfrentamento e trabalharmos na perspectiva dos serviços ambientais se não enfrentarmos aquilo que é fundamental para aqueles que são parceiros da biodiversidade. Então, se não demarcarmos as terras indígenas, não reconhecermos os seus territórios, não estaremos trabalhando na perspectiva da proteção dos serviços ambientais. Se não demarcarmos os territórios quilombolas, não dermos o território para eles, não estaremos trabalhando nessa perspectiva. Se não fizermos reforma agrária, não fizermos distribuição de terra, como recomenda a própria ONU, não estaremos valorizando os serviços ambientais.

Então, acho que é fundamental, sim, nós trabalharmos o marco legal para criarmos mecanismos e sabermos como é que o setor privado faz. Não podemos perder nunca a perspectiva de que precisamos enfrentar aquilo que é do fundo, que é a grande disputa do orçamento, dos recursos públicos. Para onde vai o dinheiro que o Estado arrecada dos impostos que são pagos por todos? E para qual economia nós queremos que ele vá?

Na discussão sobre Pagamento por Serviços Ambientais, é importante discutir os pequenos projetos, apoiar os pequenos projetos, porque eles podem contribuir para essa política maior, e nunca perder de perspectiva as grandes mudanças que nós precisamos fazer, inclusive do ponto de vista do pensamento.



Por isso, eu provoço os caros colegas do agro a pensarem também nessa perspectiva.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Airton Faleiro. PT - PA) - Obrigado, Deputado Nilto Tatto.

Vou anunciar como está a nossa ordem de inscritos: Deputado Jose Mario Schreiner, que não está; Deputado Célio Moura; Deputada Aline Sleutjes; Deputado Zé Vitor.

O Deputado Camilo Capiberibe, que propôs esta reunião junto comigo, pediu a palavra. Como proponente, ele tem prioridade. Queria pedir a compreensão dos demais colegas para que S.Exa. faça uso da palavra.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP) - Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu quero cumprimentar a todos e, em primeiro lugar, desculpar-me porque neste momento está havendo uma reunião importante da bancada, da qual não posso me ausentar para estar nesta, que está tratando de uma das maiores preocupações que eu tenho, o desenvolvimento econômico. Eu estou tentando ficar com um pé aqui acompanhando, porque realmente essa questão dos serviços ambientais é muito importante. Eu olho todo esse processo pela ótica das populações do meu Estado.

Eu queria cumprimentar o Joaquim Belo, Presidente do CNS, a Kátia Penha, Coordenadora Nacional da CONAQ, que estão compondo a Mesa.

Na minha visão é preciso inserir e resolver essa questão para as populações tradicionais, para aquelas populações que moram nas unidades de conservação e para as que não moram em unidades de conservação, mas que têm uma prática de economia que preserva o meio ambiente.

O Amapá fica na foz do Rio Amazonas. No Município de Mazagão, onde mora o Joaquim Belo, há uma produção muito grande de açaí, de camarão. O Amapá é um dos Estados mais preservados do Brasil, se não for o mais preservado. Nós disputamos essa posição com o Estado do Amazonas.

No entanto, as políticas para o setor ambiental procuram criar incentivos para aqueles que desmatam e não para aqueles que protegem. Como é que nós podemos mudar essa questão?

No Código Florestal foi estabelecida a previsão de uma política de pagamento por serviços ambientais. No entanto, de lá para cá, nós não conseguimos chegar a um texto



que conseguisse enxergar o lado do agronegócio, que também tem seus argumentos que precisão ser considerados. Nós tivemos um período do nosso desenvolvimento econômico em que nós conseguimos reduzir o desmatamento, o que não se faria sem uma política que envolvesse também os setores do agronegócio, um dos ramos da nossa economia mais dinâmicos, que inclusive chegou ao Estado do Amapá — nós não tínhamos o agronegócio lá, agora temos.

É muito importante que nós possamos dar uma resposta para esses dois setores. Não se trata de olhar apenas um. Mas, se for olhar um que, não se exclua justamente as populações tradicionais. Essa é a minha grande preocupação quando fazemos esse debate.

Nós temos o substitutivo que foi aprovado na Comissão de Agricultura. Essa preocupação evidentemente não é só minha. Desde 2007 tramitam diversos projetos de lei aqui na Câmara dos Deputados e no Senado, de Parlamentares de vários Estados, inclusive do Amapá.

Qual é o objetivo que me motiva nesta audiência pública? É justamente colher os subsídios para nós podermos incluir as contribuições que estão sendo dadas aqui por todos os atores, inclusive os governamentais, evidentemente.

E quero lamentar, como fez o Deputado Nilto Tatto, que o Ministro do Meio Ambiente não pudesse estar aqui. Eu inclusive estive na audiência pública, no início do ano, em que o convidamos para participar desta nossa reunião. Foi iniciativa minha e do Deputado Alessandro Molon, Líder da Oposição.

Na ocasião, questionei o Ministro sobre a questão do pagamento por serviços ambientais. S.Exa. disse que já tinha o cálculo para pagar o agronegócio. Contudo, para as populações extrativistas, não existe esse cálculo. *"Ah, nós vamos ver! Calcula daqui e dali, preservou ou aumentou..."* A matemática, na cabeça do Ministro, está muito clara para o agronegócio, e eu acho que é importante que esteja clara para o agronegócio, mas não pode não existir para as populações tradicionais!

Se nós estamos falando da Amazônia, estamos falando exatamente do quê? Da maior porção do território nacional. V.Exa. é de uma região, Deputado Airton Faleiro, o Estado do Pará, que é um continente, onde nós temos importantes áreas florestais que precisam responder de maneira sustentável o desenvolvimento das nossas regiões. Não



estou falando apenas de floresta, estou falando de pesca também, inclusive de pesca artesanal — a industrial tem os seus instrumentos.

Portanto, o objetivo é justamente esse, até porque eu olho para o povo do Amapá, lá na Reserva Extrativista do Rio Cajari, e olho para a população que está na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru, na fronteira com seu Estado do Pará, ali em Laranjal do Jari e Almeirim, e são populações que há anos ganham a vida protegendo o meio ambiente e que, inclusive neste momento, estão avançando nas parcerias, mas sem suporte nenhum de uma legislação que garanta para eles regras mínimas. Nem sempre é fácil de fazer isso.

Eu queria citar — peço só um pouco mais de tempo para concluir — a comunidade de Igarapé Amazonas. Eu a citei ontem, lá na audiência pública sobre o Fundo Amazônia. É uma comunidade que fica a 2 horas de voadeira, o que significa 7 horas de barco, indo pelo Rio Amazonas. O Rio Amazonas é como se fosse um oceano, apanha-se muito para andar nele, porque em alguns momentos fica bastante agitado. Eles exploram açaí. Com a luta e a militância, construíram uma escola familiar agrícola ribeirinha, têm parceria com a Holanda e com os Estados Unidos, têm um projeto para ser liberado pelo Fundo Amazônia, mas não existe uma política clara que crie mais incentivos para que eles continuem se desenvolvendo. E quero dizer que a comunidade se desenvolve. Cresce por causa do açaí e da pesca. O que nós temos que fazer? Nós temos que dar os instrumentos para que eles possam crescer mais, e mais rapidamente. Não é fácil morar a 7 horas de barco da cidade de Macapá. Nós estamos na ultraperiferia. No caso deles, não é tão longe, mas, se você for ao Pará e ao Amazonas, às vezes precisa andar dias de barco. Como é que o Estado brasileiro responde a essas populações, sem deixar — faço questão de dizer — de responder ao agronegócio? O agronegócio tem um papel fundamental na redução do desmatamento e na implantação de políticas de mudanças climáticas. Nós não faremos uma política séria sem a participação do agronegócio.

E eu digo — falei isto ontem lá na outra audiência pública e falo aqui — que setores dinâmicos promovem emprego, desenvolvimento econômico e preservação ambiental, mas é claro que em todos os segmentos existem aqueles que fazem da maneira correta e aqueles que fazem da maneira errada. Existe grilagem de terra e violência no campo, existe setor do agronegócio que é atrasado, mas nós estamos dialogando com o



agronegócio que quer ver este País se desenvolvendo e as riquezas sendo distribuídas de modo mais igualitário.

Essa é a minha tarefa. O Presidente da Comissão me designou como Relator. A tarefa é conciliarmos ideias e as incluímos nas propostas, para termos algo a apresentar e para ser aprovado. Vamos enfrentar as dificuldades e as lacunas? Vamos enfrentar! Vamos enfrentar juntos? Vamos! Essa é a minha disposição, é a disposição do Presidente e é a disposição, eu sei, do setor do agronegócio, que também tem interesse. Vamos fazer isso juntos! Vamos tentar aprovar e dar uma resposta lá para o Mazagão, para o Iratapuru, enfim, para todas as populações tradicionais que querem e esperam essa resposta. É nossa responsabilidade dar essa resposta.

Eu queria agradecer a todos que vieram e me desculpar, porque vou ter que me ausentar novamente.

Quero dizer que o que está sendo construído aqui precisa da participação do Governo Federal, que é fundamental, porque sem o Governo Federal nesse debate não vamos ter uma política efetiva. Compreendemos que o momento é complexo, é difícil. Nem sempre existe uma sintonia muito clara entre, por exemplo, o Ministro da Pasta e o corpo técnico, que entende que as coisas devem avançar. O discurso político às vezes é confuso, para não dizer que é de retrocesso, como vimos aqui, mas eu acredito que é possível avançar.

Por isso, juntamente com o Deputado Airton Faleiro, chamamos esta audiência pública. Há momentos em que esperamos e não acontece nada, mas às vezes acontece. Essa é a nossa expectativa.

Deputado, parabéns pela condução dos trabalhos! Eu agradeço a V.Exa. por estar nesta Presidência e agradeço a todos a presença.

Agora eu me despeço, porque vou ter que me retirar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Airton Faleiro. PT - PA) - Vá e volte! Obrigado, Deputado Camilo Capiberibe.

Antes de passar a palavra para o Deputado Célio Moura, que é o próximo inscrito, vou usar uma expressão que talvez nos unifique: nós precisamos discutir essa lei ou esse projeto de lei sobre pagamento de serviços ambientais sem preconceitos, nem do grande nem das populações que dependem do meio ambiente para a sua sobrevivência.



Podemos discutir modalidades e diferenciações, como há em outras políticas públicas, mas eu acho que o foco é uma política nacional de pagamento de serviços ambientais.

Com a palavra o Deputado Célio Moura.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO) - Quero cumprimentar o meu Presidente, Deputado Ailton Faleiro, e os outros proponentes, os Deputados Camilo Capiberibe e Bira do Pindaré, todos da Amazônia! Também como morador da Amazônia, eu digo que nós que estamos lá na base é que sentimos onde a coisa aperta. Pelo que parece, o Governo brasileiro, este Governo atual, só existe da Amazônia para baixo, da divisa do paralelo 13 para cá, como se para cima não fosse Brasil.

Esse projeto sobre o pagamento de serviços ambientais é uma necessidade, para garantir os povos tradicionais que preservam a maior reserva do mundo.

Eu estava presente na Comissão ontem quando o Deputado Nilto Tatto falou da ausência do Ministro do Meio Ambiente, que não comparece a nenhuma das audiências públicas para as quais é convocado — S.Exa. é convidado, mas, como não vem, temos que convocá-lo, porque foge do assunto. Não sei se não conhece do assunto. Acho que deve conhecer, porque até já foi Secretário do Meio Ambiente em São Paulo. Contudo, pelas notícias que vejo na mídia, o Ministro não é muito interessado no estudo especial com relação aos serviços ambientais.

Sou de um Estado cujas quebradeiras de coco, que preservam as matas, as palmeiras, os babaçuais, estão sendo realmente perseguidas, as quebradeiras de coco do Maranhão, as quebradeiras de coco do Tocantins, as quebradeiras de coco do Sul do Pará. E nós estamos vendo, Sr. Presidente, que todas as vezes que o Ministro é convidado, arruma uma desculpa e sai fora. Nós queremos discutir este assunto tão importante. Precisamos garantir àquelas pessoas que preservam as florestas a recompensa pelo trabalho que prestam. E eles vivem da floresta também!

Portanto, eu gostaria de parabenizar por esta reunião V.Exa., Deputado Ailton Faleiro, o Deputado Camilo e o Deputado Bira do Pindaré, que também é um remanescente de quilombolas.

Ontem estive presente no lançamento da Frente Parlamentar Mista das Comunidades Quilombolas, em que esse assunto foi tratado. Quero dizer que nós temos que convocar novamente esse Ministro, para ver se vem falar sobre este assunto tão importante, a garantia da preservação das florestas, e discutir com os pescadores, com os



marisqueiros, com todos aqueles que vivem na Amazônia e estão sendo esquecidos pelas políticas públicas deste Governo.

Foi bom que tenha sido lembrado ontem, na votação da reforma da Previdência, que os maiores atingidos serão os moradores da Amazônia, que não vão se aposentar. Como é que um trabalhador da Amazônia que não tem emprego, porque não tem indústria lá, vai se aposentar, se ele não vai contribuir, se ele não tem como contribuir?

Existia a possibilidade de fazer com que aqueles que ganham fortunas e mais fortunas desmatando as nossas florestas, para plantar soja e para plantar algodão, pagassem 84 bilhões de reais. Esse dinheiro poderia ajudar aqueles trabalhadores lá da floresta, que fazem com que o Brasil seja reconhecido no mundo. No entanto, preferem retirar daqueles que necessitam, para poder salvar o Brasil da sua crise fiscal.

Sr. Presidente, eu parabeno V.Exa. por esta audiência pública. Nós vamos estar vigilantes.

Espero que todos aqueles que lutam pela floresta, que lutam pela Amazônia, que lutam pelo meio ambiente possam ser reconhecidos. E espero que este Governo abra os olhos para a maior região do Brasil, porque o Governo só governa para o Sul e para o Sudeste.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Airton Faleiro. PT - PA) - Obrigado, Deputado Célio Moura.

Concedo a palavra à Deputada Aline Sleutjes.

A SRA. ALINE SLEUTJES (PSL - PR) - Bom dia, Sr. Presidente!

Bom dia a toda a Mesa! Sou a Deputada Aline, do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Airton Faleiro. PT - PA) - Já morei no Paraná também!

A SRA. ALINE SLEUTJES (PSL - PR) - É uma terra abençoada, de gente trabalhadora e honesta, que cuida do meio ambiente e que produz.

Sr. Presidente, eu não posso me calar frente a algumas falas e injustiças cometidas numa audiência como esta. Não posso me calar frente à mentira de que o Ministro obteve 500 votos. O Ministro foi candidato a Deputado Federal e obteve 36.603 votos, inclusive é o 1º Suplente do NOVO. Ele é extremamente qualificado, inclusive foi Secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Se não fosse qualificado, não estaria sendo chamado para ser Ministro. A composição do seu Ministério é extremamente técnica, como é a de todos os outros Ministérios do Governo Bolsonaro. Posso falar isso com propriedade,



porque sou do PSL e acompanho toda a formação e constituição dos nossos Ministérios e dos nossos representantes.

A importância, Sr. Presidente, de um alinhamento entre o Ministério da Agricultura, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério do Comércio Exterior e o Ministério da Economia está sendo vista neste Governo como nunca se viu em outros Governos.

Faço um apelo aos nobres colegas Deputados: nós temos que parar de criar abismo entre os setores. Por que temos que destruir o produtor rural, falar mal do ruralista? O termo ruralista é usado nesta Casa como se este fosse um criminoso, um bandido. O ruralista, de que se fala aqui como se fosse bandido, é quem sustenta a economia do nosso País. Usa um pouquinho mais do que 7% do território nacional e segura a balança comercial do nosso País.

Fala-se aqui, com boca cheia, que nós temos que fazer tal coisa, que temos que legislar e multar aqueles que estão agredindo a natureza. Eu falo com a mesma boca cheia: sou defensora do agro, mas sou coerente com o meio ambiente. Se existe alguém, Deputado, que não está fazendo a tarefa de casa, que seja punido, que seja multado, que seja autuado. Contudo, nós não podemos generalizar todos os produtores do nosso País por conta de meia dúzia que não cumpre o Código Florestal, nós não podemos dizer que todos os ruralistas do nosso País cometem crime ambiental. Isto seria, no mínimo, uma infâmia, porque, se o Brasil está com este teor atual de processos de proteção ambiental, isso ocorre por conta dos agricultores, que têm deixado as suas áreas com 20%, 40%, 60%, 80% de acordo com o Código Florestal. Portanto, no mínimo, isso é uma mentira.

Infelizmente, não pude participar das falas. Sinto muito, eu estava em outras audiências. Mas eu gostaria de dizer aos senhores da minha preocupação em entender a responsabilidade que temos em discutir este tema, que é tão importante, de alta importância para o nosso setor, não só para o setor ambiental, mas também para o setor agroeconômico e para o nosso Brasil como um todo.

O Brasil hoje começa a engatinhar. Estamos muito atrás, mas começamos a engatinhar para tentar encontrar um equilíbrio entre as estruturas, entre o meio ambiente e a agricultura. E este instrumento que tenta estimular a proteção do serviço de ecossistema não é bandeira contrária ao interesse do agro. É bem o contrário, não é mesmo, Sr. Deputado? Quantas vezes batalhamos na FPA e na Comissão da Agricultura, falando em favor dessa pauta?



Essa ferramenta vai ajudar na conservação e no manejo adequado, por meio da atividade de proteção. Não adianta só cobrar multa, não adianta só dizer que há coisa errada: é preciso incentivar e beneficiar quem faz a coisa certa, ou nós vamos ser um Brasil simplesmente de punições, não vamos ser um Brasil de incentivos.

"O *desmatamento diminuiu*", falam de boca cheia e tal. Diminuiu às custas de quê? De um Governo irresponsável, que há 4, 8 ou 20 anos definia áreas de parques ambientais desapropriando áreas de grandes, pequenos e médios agricultores que tinham, às vezes, de seis a oito gerações dentro daquela área, plantando, preservando, cuidando. O Governo olhava o mapa, via uma área verde e falava: "*Olhem, que bacana! Aqui pode ser um parque nacional, pode ser uma área de preservação!*" Assim, aquele pequeno, médio ou grande agricultor deixava, de um dia para o outro, de ter a sua terra, a terra pela qual ele pagou. Ele paga os seus impostos — estou finalizando, Sr. Presidente — e precisa da terra, para alimentar a sua família, alimentar o povo brasileiro, exportar e gerar a economia do nosso País.

Nós temos, sim, que ter prudência, dentro das nossas legislações e dentro das nossas competências, mas nós não podemos cometer o equívoco de colocar todos os problemas do Brasil, os problemas ambientais e os problemas de preservação, nas costas do agricultor.

Nós temos áreas preservadas e de extrema qualidade. Nós temos visto o Ministro Ricardo Salles — aqui deixo o meu registro de apoio —, Ministro sério, competente e qualificado, que tem ido lá fora. Os ambientalistas e essas ONGs que estão aqui fingem cuidar do Brasil, mas simplesmente não querem que o Brasil vá para frente. Querem que o Brasil não produza mais, porque nós somos inimigos comerciais. Assim, o que acontece? A partir do momento em que o nosso Ministro está lá defendendo o nosso ambiente, defendendo a nossa agricultura, defendendo o nosso setor, estão aqui dizendo que S.Exa. é inimigo do meio ambiente. Como pode um Ministro do Meio Ambiente ser inimigo do meio ambiente?! Haveria algo contraditório dentro disso.

Eu vejo que temos que alinhar as conversas. Nós temos que buscar a preservação e a produção de uma forma contínua. O Brasil precisa parar com essa segmentação, precisa parar com a divisão. Há a importância dos índios, há a importância dos quilombolas, há a importância do pequeno e do grande agricultor, há a importância do



meio ambiente, e nós temos que agregar. Quem cometer crime ambiental que pague, independentemente de quem seja.

Sr. Presidente, estou disponível a vir discutir este assunto, mas com seriedade, sem vínculo ideológico. Basta, nas Comissões de Meio Ambiente e Agricultura, ficarmos discutindo PT, PSL, PSDB! Nós temos que vir para discutir o futuro do nosso País. Precisamos, sim, alinhar essa legislação e fazer com que seja eficaz. Precisamos resolver esse problema que vêm sendo empurrado há anos com a barriga, discutindo-se promessas e possibilidades ideológicas.

Eu acho que agora é um momento de enfatizarmos que a economia do nosso Brasil vai crescer, porque a reforma da Previdência, que foi votada ontem, não é para destruir nada: é para fazer este País crescer e estabilizar. Nós votaremos uma legislação importante, que é o Código Tributário, e votaremos tantas outras que fazem parte e são ferramentas e oxigênio para este País. Aqui estamos cuidando do pulmão do País, que é o meio ambiente alinhado com a nossa agricultura.

Portanto, Sr. Presidente, que nós abaixemos as nossas bandeiras, deixemos a ideologia de lado e trabalhemos visando a um Brasil melhor. É isso que os nossos Ministros e o Governo Bolsonaro têm feito.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Airton Faleiro. PT - PA) - Obrigado.

Dialogando com a última parte da fala de V.Exa., devo dizer que gostei muito de uma expressão usada aqui pelo Joaquim Belo, que diz que nós temos que pensar economia, sociedade e natureza.

Tem a palavra o Deputado Zé Vitor, o último inscrito. Depois concederei a palavra novamente à Mesa para as considerações finais e respostas aos questionamentos dos Parlamentares.

O SR. ZÉ VITOR (PL - MG) - Boa tarde a todos! Eu vou ser breve, até porque não quero ser repetitivo em relação ao que foi falado, mas eu vim mesmo para somar forças, Deputado Airton Faleiro, Deputado Camilo Capiberibe e também Deputado Bira do Pindaré, que foi um dos proponentes. Este é um dos temas que mais me entusiasma dentro da Casa, e neste momento talvez seja um dos principais temas de interesse dos produtores deste País e do setor produtivo em geral. E eu digo que é um sinal de maturidade e de progresso.



Nós temos avançado na conversa e, de uma vez por todas, estamos deixando...

O SR. PRESIDENTE (Airton Faleiro. PT - PA) - Permita-me, Deputado?

O SR. ZÉ VITOR (PL - MG) - Fique à vontade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Airton Faleiro. PT - PA) - A assessoria está coletando a assinatura dos Parlamentares para a Frente Parlamentar em Favor do Pagamento por Serviços Ambientais. Já tem assinaturas suficientes, mas é esta turma aqui que faz o debate. Então, se alguém não tiver assinado ainda, que assine. O Rafael vai passar para fazer a averiguação.

O SR. ZÉ VITOR (PL - MG) - Combinado, vou assinar, se é que ainda não assinei. Eu acho até que já assinei, Deputado.

Mas nós estamos, de uma vez por todas, deixando de lado esse discurso, que tem que cair por terra, dos que querem produzir contra os que querem preservar. Isso, de uma vez por todas, tem que acabar. É um debate muito vazio, muito pequeno, está muito distante da grandiosidade que nós temos aqui.

Nós temos que trabalhar pelas populações tradicionais, sem dúvida nenhuma, pelos pequenos, médios e grandes proprietários, que, como nós temos repetido, podem ser grandes produtores, não é verdade? E eu percebo que este é um tema que nos une, o pagamento por serviços ambientais, como outros temas que temos batizado dentro desta temática agroambiental. Recentemente, criamos a Subcomissão Especial para tratar desses temas agroambientais, e este é um dos temas que podemos discutir lá dentro. Eu vejo isso como um grande progresso.

Portanto, Deputado Airton Faleiro, viemos para somar forças. Nós já temos dado passos importantes. Recentemente, na Comissão de Meio Ambiente, nós aprovamos dois projetos extremamente interessantes, que vão muito ao encontro do que foi dito aqui. Nós falávamos aqui — vamos simplificar a fala — da isenção do ITR para aquelas propriedades que têm preservado seus mananciais. Isso foi aprovado na Comissão de Meio Ambiente, inclusive fui o Relator.

Votamos há poucas semanas, há uma ou duas semanas, um projeto que foi batizado pelo Deputado Zé Silva como Patrimônio Verde, projeto que monetiza a massa verde que nós temos dentro das propriedades rurais. Tudo isso está sendo discutido aqui de maneira bem madura. E isso não deixa der ser, inclusive, um pagamento por serviços ambientais.



Nós temos uma grande discussão sendo proposta aqui. E quero inclusive parabenizar a FPA por vir conduzindo muito bem esse trabalho, de maneira muito equilibrada, muito madura.

Nós temos sofrido muito é com a falta de comunicação. Outro dia, eu ouvi uma frase, que vou atribuir à Ministra Tereza Cristina — se não for dela, acho que a Ministra não vai se preocupar em assumir sua autoria —, dizendo que a praga que nós temos hoje, de verdade, é a falta de comunicação. Acredito que isso é uma grande verdade aqui dentro. Nós estamos falando aqui em remunerar e em premiar aqueles que preservam. Observem os senhores que, no passado, nós utilizávamos 3 litros de inseticida por hectare, enquanto hoje nós estamos utilizando 200 mililitros. Vejam o avanço tecnológico que nós atingimos e quanto o meio ambiente tem sido preservado! De fato, nós não podemos rotular os produtores rurais como os grandes inimigos do meio ambiente. Nós temos que colocar isso por terra. E este é um assunto, volto a dizer, que nos une. A essência é uma só. Portanto, isso tem que cair por terra.

No passado, utilizávamos 3 mil litros por hectare para irrigar um café, hoje nós utilizamos de 800 a 1.000 litros por hectare. Vejam que avanço positivo, que também poderia ser remunerado. Poderiam ser premiados programas como este. Nós temos um dos maiores programas de conservação de solo, impossível de se implantar no clima tropical, que é o plantio direto. Quanto isso também é benéfico! E todos esses serviços, independentemente de tamanho de propriedade rural, independentemente de ser população tradicional, de ser pequeno, médio ou grande proprietário...Nós temos o Programa ABC — bem lembrado, Deputado Celso Maldaner. Nós temos muitos pontos que podemos trazer para dentro dessa discussão.

Temos, de fato, que vencer esta praga que é a falta de comunicação ou a má informação. Uns não querem ser bem informados. Mas, da nossa parte, dos que têm a vontade e o desejo de levar a verdade, temos que ter essa preocupação em levar a verdade para todos.

Eu só queria terminar minha fala, Deputado Airton Faleiro, colocando desta Subcomissão Especial à disposição. E levarei este debate para dentro do Subcomissão. V.Exa. está convocado para fazer parte conosco desse projeto, da maneira que for possível. O Deputado Celso Maldaner também tem nos ajudado. Esta é a nossa Casa, é



o ponto de encontro daqueles que tem um pensamento semelhante. Embora haja divergências, é o momento do debate maduro e equilibrado.

Recentemente — aproveito meus últimos segundos —, fui entrevistado por um repórter, que me perguntou: "*V.Exa. vai ser Presidente da Comissão Agroambiental. Vai tratar do quê? De alimentos orgânicos?*" Também, mas o debate é tão maior do que isso, que nós precisamos de uma vez por todas elevar o tom do debate aqui, para de fato, construirmos um Brasil grande. Esse complexo de vira-lata tem que ficar para trás.

Parabéns pela iniciativa! Conte conosco para poder conduzir e somar força neste trabalho, inclusive para a Frente a que V.Exa. já nos convocou. Estamos aceitando o convite. Obrigado.

Bom trabalho a todos!

O SR. PRESIDENTE (Airton Faleiro. PT - PA) - Obrigado, Deputado Zé Vitor.

Nós vamos começar pela esquerda e vamos terminar pela direita — mas isso não tem nada a ver com ideologia! (*Risos.*)

Eu quero fazer algumas observações.

Primeiro, a nossa internauta Jaqueline fez uma pergunta que eu fiz questão de ler, antes das considerações finais. Ela pergunta: "*Gostaria de saber quais as vantagens de ter uma legislação de pagamento de serviços ambientais em nível nacional?*" Acho que alguém poderia responder.

Há outra questão que expor para o pessoal que está compondo a Mesa e para quem está nos assistindo. Esta é a Casa onde se expressa o contraditório e os diversos pontos de vista. Isso é natural. Quero dizer que é diante das divergências que se vai construindo uma mediação, na busca de termos a hegemonia de uma ideia, que vira lei. Eu acho que este é o nosso exercício. Nós queremos que todo este debate, todas as divergências e todas as preocupações se tornem uma ideia hegemônica — que nunca é 100%, mas é hegemônica —, que vire o nosso projeto de lei sobre pagamento de serviços ambientais.

Tem a palavra o Deputado Celso Maldaner.

O SR. CELSO MALDANER (Bloco/MDB - SC) - Deputado Airton Faleiro, quem sabe falemos não só do meio ambiente, mas do todo, de todo o ambiente? Assim, congregamos tudo!

O SR. PRESIDENTE (Airton Faleiro. PT - PA) - Está certo, Deputado!



Começaremos com o Sr. Márcio Santilli. Vamos trabalhar numa média de 3 a 5 minutos. Pode ser assim, Sr. Santilli?

O SR. MÁRCIO SANTILLI - Sim, Sr. Presidente.

Acho que, na verdade, nem há uma questão, propriamente, feita a mim ou a outros membros da Mesa. Foram comentários de várias naturezas. Eu gostaria de reafirmar a nossa visão positiva em relação a esta iniciativa de se chegar a uma lei que possa efetivar o pagamento por serviços ambientais no País.

Eu diria à Jaqueline, que fez a pergunta pela Internet, que a existência de um parâmetro legal de âmbito nacional é uma coisa que ajuda bastante, porque seria muito complicado imaginarmos regulações diferentes em várias partes do País, pelos Estados ou pelos Municípios. Portanto, ter um parâmetro homogêneo ajuda bastante a que se estabeleça uma política consistente de pagamento por serviços ambientais. No entanto, acho esse debate ainda terá que passar por várias questões que não puderam ser aprofundadas aqui, nesta discussão, inclusive sobre questões relativas a impactos fiscais, sempre que estivermos pensando no orçamento da União como parâmetro de pagamento pelos serviços ambientais.

Volto a dizer que as situações são várias. Volto a dizer que vejo um papel emergencial deste Parlamento, neste momento, em relação à preservação do Fundo Amazônia. Acho que, se o Brasil perder o Fundo Amazônia por irresponsabilidade do Governo, isso não viabilizará nenhum outro tipo de apoio de fora do País à proteção do meio ambiente e das florestas. Então, a responsabilidade é muito grande em relação a esse ponto.

Acho que o Presidente da República deveria parar de falar mal dos outros países, sobretudo daqueles países que estão contribuindo há muitos anos com o Brasil. Acho que o Presidente precisa reconhecer e respeitar isso, porque não é comum que um povo se disponha a viabilizar recursos a fundo perdido para um outro povo. Nós deveríamos enaltecer, elogiar e querer mais, e não tratar de forma irresponsável os programas já existentes que contemplam essa questão do pagamento por serviços ambientais.

Penso que nós temos um problema de fundo, quando se trata de aplicar esses critérios do pagamento de serviços ambientais ao setor privado. Eu digo isso com muita tranquilidade porque, além de ser um militante do Instituto Socioambiental, também sou proprietário de duas glebas no Estado de São Paulo. Tenho a responsabilidade de gerir



essas glebas. E entendo que não cabe ao orçamento público pagar pelo mero cumprimento da lei. Tenho as minhas propriedades regularizadas. Elas têm reserva legal, têm Área de Proteção Permanente, está tudo cercado. No entanto, eu acho que o pagamento não pode ser pelo mero cumprimento da lei. Isso tem que ter uma adicionalidade em relação ao que está estabelecido na legislação. E é possível se alcançar esse *plus*, vamos dizer assim, esse algo a mais para a proteção do meio ambiente, através de um programa de incentivos e de compensações que seja viabilizado pelo Governo. Se nós imaginarmos que o orçamento público vai pagar o cumprimento da lei, não haverá orçamento que aguente uma pancada como essa. Eu acho que a concentração da nossa atenção deve ser no critério de adicionalidade, sempre que nós tratarmos dos agentes privados.

O SR. PRESIDENTE (Airton Faleiro. PT - PA) - Obrigado, Sr. Márcio Santilli.

Tem a palavra o Sr. Luciano Mattos.

O SR. LUCIANO MATTOS - Eu queria reforçar uma questão, para finalizar a minha participação, sobre a importância de nós pensarmos no resgate de programas territoriais para o Brasil, antes de qualquer coisa, para tratar a instituição de uma política nacional de serviços ambientais. A questão de serviços ambientais precisa de uma abordagem territorial muito forte. A abordagem territorial é estratégica na redução de pobreza, na questão ambiental, de infraestrutura e de integração de políticas públicas, dentro de estratégias de fortalecer a competitividade a partir da base de recursos naturais e a partir da base social desse território.

Houve até uma pergunta da Juliana Ribeiro — eu não sei se a pessoa está presente ou se ela fez como como internauta. Ela perguntou: "*Como participar?*" Eu acho que um programa territorial — eu penso no territorial, antes de pensar em serviços ambientais — tem que ter um sistema de governança. Aqui na instituição da política, pelo projeto de lei, está colocada a "governança" do Ministério do Meio Ambiente, da Agricultura e da Economia, sob a coordenação do primeiro. Isso não é governança, isso é gestão pública. A governança pressupõe a participação da sociedade. Um programa territorial tem que pressupor a participação da sociedade não só na sua concepção, mas sobretudo na sua execução. O programa deverá ter estratégias e metas de recuperação de áreas naturais e metas de redesenho de sistemas de produção, que é uma coisa sobre a qual nós temos que pensar; e também quanto nós vamos querer de iLPF — integração lavoura-pecuária-



floresta para o grande e outros tipos de atividades apoiadas pelo Plano ABC; quanto nós vamos ter de meta em sistemas agroflorestais para a agricultura familiar; quanto nós vamos ter de meta em sistemas agroextrativistas, de preservação e de ampliação, inclusive de zonas livres para se poder ter atividades extrativistas fomentadas. O programa territorial é importante para estabelecer essas metas e estabelecer os passos de um processo de transição produtiva e de recuperação ambiental, pressupondo a participação de todos os atores desse território rede — estou insistindo neste termo, território rede —, a articulação de todos os atores de todos os setores produtivos, desde aqueles menores até os maiores, e várias formas de remuneração.

Para um fundo, são muito bem-vindos os aportes internacionais, mas ele precisa ter uma fonte ordinária de recursos. Nós podemos pensar em *royalties* da exploração de petróleo, de minerais e de usinas hidrelétricas, em estratégias de cobrança pelo uso da água. O próprio ITR — Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural é uma boa medida. Podemos pensar nesses tipos de fonte e em várias formas de remuneração. Por exemplo, o PSA pode receber pagamento direto antecipado ou compensatório. O pagamento direto terá que ser inevitavelmente para populações tradicionais, povos indígenas, agricultura familiar, porque existe uma questão redistributiva nisto. Eu vou dar um exemplo de como valorar. A valoração tem que ser pelo trabalho adicional, para conferir a qualidade ambiental. Quando eu faço um sistema em que eu tenho um trabalho a mais para preservar o meio ambiente, o resultado não está no produto, ele está difuso, está para toda a sociedade. Então, o custo é para a propriedade, mas o benefício para toda a sociedade. Tem que haver algum incentivo para se fazer esse pulo do gato.

Por exemplo, na Amazônia, uma população que vai fazer uma agricultura de corte e queima vai trabalhar em torno de 120 dias, do plantio à colheita. Para tirar o fogo do sistema de corte e queima, essa família vai ter que trabalhar 30 dias a mais, no mínimo — Deputado Airton Faleiro, V.Exa., que é da Transamazônica, sabe do que estou falando. Ela vai ter que trabalhar 30 dias a mais. Contudo, aquela farinha de mandioca que ela vai vender no mercado não tem agregação de valor. Portanto, para que trabalhar 30 dias a mais, para pegar o mesmo preço? Isso pode ser a base de um processo de valoração: o quanto trabalhei a mais para gerar um benefício que não é só meu, mas de toda a sociedade; não é só para a minha família, mas para toda a sociedade. Esses tipos de



pagamentos diretos antecipados ou compensatórios podem ser baseados no valor do trabalho de populações tradicionais, de povos indígenas e da agricultura familiar.

Já no caso de produtores maiores, fazer transferências governamentais é muito polêmico, num país com tanta desigualdade social. Nesse caso, entram outros mecanismos, que também podem ser aplicados para a agricultura familiar e para outros tipos de setores produtivos. São linhas de créditos diferenciadas, isenções ou descontos tributários, serviços diferenciados, como matéria agroecológica, e outros tipos de mecanismos, como o ICMS Ecológico e outros que não pressupõem pagamento, mas pressupõem simplesmente a provisão de serviços ambientais.

Portanto, nós temos que ser inventivos tanto na forma de captar o recurso como na forma de ceder o recurso, e sobretudo na gestão. A gestão tem que ser governança entre Estado e sociedade, com metas claras de onde se quer atingir com esse recurso.

Era o que eu tinha a dizer. Eu acho que nós precisamos ter amadurecimento como sociedade e pensar em políticas de Estado, além de políticas de Governo, e pensar seriamente em estratégias territoriais e regionais. Nós temos um Plano Nacional de Desenvolvimento Regional formulado pela Profa. Tânia Bacelar que é maravilhoso. Foi formulado em 2003 e só foi aprovado em 2006, mas infelizmente o Fundo de Desenvolvimento Regional nunca foi aprovado. E esse programa nunca foi vinculado a fundos constitucionais ou a bancos regionais. Portanto, é importante que um programa territorial olhe a integração de políticas nesse aspecto, com a participação da sociedade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Airton Faleiro. PT - PA) - Obrigado, Sr. Luciano Mattos.

Com a palavra a Sra. Kátia Penha, da CONAQ.

A SRA. KÁTIA PENHA - Obrigada.

Eu fiquei aqui pensando, pensando muita coisa. Saio desta audiência e vou para o meu território, junto-me aos demais quilombolas daqui a pouco, em outra reunião. Mas faço uma reflexão. Há algo contraditório, quando escutamos — e escuto isto em diversos espaços, principalmente nesta Casa — que se usa menos agrotóxico para produzir. É dito que, para se produzir hoje, está-se usando menos agrotóxico, e todo dia se liberam mais agrotóxicos para se produzir neste Brasil. É contraditório quando o Deputado fala que se está usando menos quantidade de agrotóxico, 200 mililitros para aquela plantação, mas estão sendo liberados mais agrotóxicos, muito mais perigosos, para a produção de



alimentos. Os alimentos estão sendo contaminados, e agrotóxicos estão sendo liberados. Eu fico refletindo sobre isso, porque é contraditório. Se se está usando menos, deveria haver menos agrotóxico sendo liberado para a produção dos alimentos — eu vou continuar, Deputado; depois, nas considerações, acho que o senhor poderá usar a palavra. Mas eu não consegui compreender isso, e não vou compreender nunca, porque lemos, a todo momento, que o Governo está liberando mais agrotóxicos neste Brasil.

Em relação ao Ministério do Meio Ambiente, eu gostaria muito que, nas próximas audiências, esta Casa convidasse mesmo o Ministro do Meio Ambiente para participar das reuniões, porque todas as políticas de povos e comunidades tradicionais que existiam no Ministério do Meio Ambiente foram extintas, e nós não temos nenhum diálogo hoje com o Ministério do Meio Ambiente para dizermos diretamente como nós queremos que as políticas ambientais cheguem, de fato, aos nossos territórios. Portanto, acho que é muito importante que ele esteja dentro desta Comissão e dialogue com os senhores, e queremos estar presentes, até para escutar de que forma o Ministro está pensando as políticas de meio ambiente, de que forma está pensando a política de pagamento por serviços ambientais para as comunidades tradicionais, na perspectiva do Ministério do Meio Ambiente. Eu gostaria muito de escutá-lo e de ouvir o que foi feito da política dos povos e comunidades tradicionais do Ministério do Meio Ambiente, sendo que o Ministério se tornou hoje um instrumento técnico — técnico para quem? Faço esta indagação porque nós não estamos inseridos.

Estas são as considerações que eu faria nesta audiência.

Continuaremos nos juntando, sim, às organizações não governamentais deste País para fazer denúncias lá fora, para preservar ainda mais as nossas matas no Brasil, porque, se não fizermos a denúncia lá fora, o Estado brasileiro vai vender o que não é feito no Brasil com a preservação do meio ambiente, dos nossos territórios, das matas, dos rios. Por isso, continuaremos nos juntando às organizações não governamentais para fazermos denúncia, e fazermos a denúncia de que o desmatamento no Brasil continua aumentando, de que os nossos territórios tradicionais continuam sendo desmatados e grilados. Portanto, nós nos juntamos, e a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas vai continuar.

E nós não somos massa de manobra. Eu acho que é muito importante dizer que as organizações não governamentais não têm a capacidade de colocar na nossa mente o



que vamos fazer e o que não vamos fazer. Nós temos um intelecto, já há muito tempo construído, para fazermos as nossas próprias denúncias. Portanto, nós vamos continuar falando para os Estados que estão apoiando o Fundo Amazonas. Falamos da Mata Atlântica e do Cerrado, e vamos continuar fazendo as nossas denúncias. É através delas que o Brasil se constrange para executar a Política Nacional do Meio Ambiente neste País.

Santilli, acho que é importante o Estado brasileiro e este atual Presidente se juntarem aos outros países porque eles querem investir. Falamos um pouco de onde vem o recurso do PSA. De onde vem? Será que o Estado brasileiro vai ter recurso? As multas, o recurso que vinha das multas está sendo agora retirado. De onde vai vir o recurso de fato para se aplicar a política de PSA no Brasil? Com que o Estado vai pagar? Então, temos sim que nos juntarmos aos outros países que acreditam na potencialidade do Brasil em preservação da Amazônia, da Mata Atlântica, do Cerrado, do Pampa, de todos os biomas brasileiros na preservação do meio ambiente.

Acho que temos que nos juntar e fazer com que esse recurso chegue aqui, e está chegando sim às nossas comunidades através desses fundos. Nós continuamos preservando a nossa mata, a nossa água, produzindo o alimento para que chegue à mesa de todos aqui sem agrotóxico, sem veneno, porque somos nós que produzimos o alimento saudável através da agroecologia, mas preservando e respeitando o meio ambiente.

A COP 25, que seria aqui no Brasil, foi negada por este Governo; vai ser no Chile. Então, um Brasil que não quer discutir meio ambiente e que poderia ser o leque de abertura para discutirmos até mesmo a política de PSA, de que forma vamos agregar, se nega a isso. Então, este Governo não quer discutir o meio ambiente que seja para todos. É para alguns, mas esse "alguns" é para desmatamento.

Agradeço ao Deputado Nilto Tatto, ao Deputado Airton Faleiro e ao Deputado Camilo Capiberibe por nos convidar. Precisamos, eu acho que os povos e comunidades tradicionais — eu falo em nome da CONAQ, dos quilombolas — precisam aprofundar esse tema. Eu acho que nós precisamos estar nesta Comissão, conhecer o PL, o que vai ser de fato esse Pagamento de Serviços Ambientais e de que forma podemos contribuir a partir do que vivemos e do que entendemos como preservação ambiental neste País.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Airton Faleiro. PT - PA) - Obrigado, Kátia Penha.



Tem a palavra Joaquim Belo.

O SR. JOAQUIM CORREA DE SOUZA BELO - Bem, quero voltar a duas coisas. Primeiro, eu acho que a política do PSA — concordando com o Santilli que não se pode pagar por aquilo que já é de responsabilidade de lei — está focada muito na questão produtiva do ponto de vista sustentável, principalmente quando se trata de floresta. A economia de floresta é ainda uma economia muito marginal no processo.

O meu Estado do Amapá é pequeno. Não há economia mais distributiva do que a economia do açaí no Pará. Oitenta por cento de sua população se alimenta com açaí. Aquilo vem de comunidades pequenas, de florestas. Essa economia tão gigante no meu Estado gera 17 mil empregos, um Estado pequenino, imagine em Belém. Ela não faz parte da estratégia da macroeconomia. No entanto, ela é importantíssima para a economia do Estado. Uma política do PSA precisa enxergar esse conjunto de economias que é marginal dentro do processo e é preciso quantificar isso também.

Nesse sentido, pegando a fala da colega Kátia, se há uma discussão globalizada é a questão ambiental. Eu acho que o Governo está dando um tiro no pé quando não quer discutir isso de forma mais ampla com todos os países. Não existe um país que não esteja discutindo essa questão ambiental; não existe nenhum. Não há hoje uma agenda mais globalizada do que a discussão ambiental. Não existe. Onde quer que cheguemos isso está na pauta. É uma questão muito simples, é a questão climática que está aí. Não colocar isso na pauta da discussão do conjunto das sociedades, das questões econômicas, das questões de florestas é negar uma realidade.

É fundamental que o Governo, o centro do Governo puxe a discussão da questão ambiental porque essa é a pauta que junta a União Europeia, diversos países, a Ásia, todo o mundo. É fundamental que não esqueçamos isso.

Eu quero agradecer a Comissão pelo convite e me colocar à disposição. Se puder contribuir, faremos isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Airton Faleiro. PT - PA) - Obrigado, Joaquim.

Tem a palavra Gustavo Fontenele.

O SR. GUSTAVO FONTENELE - Obrigado, Deputado; obrigado aos demais colegas de Mesa.



Gostaria primeiramente de agradecer essa oportunidade, Deputado, e dizer que é sempre muito importante abrir esse debate. É importante também entender que é cada vez mais importante viabilizarmos essas soluções baseadas em natureza. É muito isso que nós estamos discutindo hoje. Um dos caminhos possíveis é o PSA.

É muito importante entender que nós não esgotamos o tema hoje. É importante entender que o que o texto legal pretende trazer enquanto um dispositivo que está sendo discutido nesta Casa pode trazer segurança jurídica, mas ele precisa ser aperfeiçoado para não inviabilizar todos os projetos que já estão em andamento no País ou outros que venham a existir.

Então, fica o Ministério da Economia à disposição para discutir o tema. É muito importante entender também que nós estamos falando das questões de sustentabilidade ambiental, social e econômica, mas lembrar, sobretudo, que a sustentabilidade econômica manterá para o próprio PSA as soluções baseadas em naturezas vivas. Isso é um chamado que eu coloco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Airton Faleiro. PT - PA) - Obrigado, Gustavo.

Vamos à última consideração antes do encerramento.

Tem a palavra João Adrien.

O SR. JOÃO ADRIEN FERNANDES - Muito obrigado, Deputado. Quero parabenizar a Casa por essa discussão.

Eu acho que é um debate que já vem sendo tratado aqui. Eu acho que temos a oportunidade de intensificar as tratativas. Como eu falei, este ano nós temos a COP 21, a conferência do clima. Eu não sei como a sociedade está participando disso, mas nós no MAPA estamos muito ativos nessa discussão. Nós vamos levar à discussão de PSE e de *hedge*, que é carbono, para esse debate para conseguirmos de fato fazer com que a nossa biodiversidade tenha valor e o produtor rural e outras comunidades e produtores recebam recursos por isso. Então, estamos levantando essa bandeira de forma muito incisiva.

Acho que um projeto de lei não deveria restringir os possíveis tipos de PSA porque isso de fato vai restringir a atividade.

Eu volto a falar. Extrema, por exemplo, gerou recursos para recuperar a APP porque é uma área de muita relevância ambiental. Ao invés de demorar 20 anos com o nosso



PRA, que é o que poderia levar para recompor a APP, o Município decidiu fazer isso em 2 anos.

Então, eu acho que é muito precipitado começarmos a colocar restrições a isso. Eu acho que nós temos que deixar o mecanismo funcionar e, de fato, ver quais são os pagamentos que vão surgir.

Lembro que o recurso privado vai ajudar muito nisso. Nós temos hoje empresas que possuem multas ambientais que poderiam ser convertidas para PSA. Nós sabemos que há grandes construtoras que muitas vezes precisam direcionar esse recurso. Então, não vamos perder de vista que o setor privado vai ser muito importante.

A criação de um fundo para PSA evidentemente é muito interessante. Agora, eu acho que isso não deve vir em detrimento de onerar setores. Você tem o ITR, que, como incentivo, é ótimo. Mas ter um ITR que onera e gera custo excessivo não é uma visão da nossa atualidade.

Sabemos que é preciso gerar sustentabilidade através de incentivos e não através de restrição, controle e custos, porque isso só leva à ilegalidade, não leva de fato à um desenvolvimento sustentável.

Eu acho que a iniciativa é muito positiva. Nós, no MAPA, estamos à disposição para ajudar em todas as discussões. Acho que é muito importante o MMA estar aqui. Eles estão nos acompanhando e podem trazer várias contribuições. Temos contato direto com eles. O diálogo entre MAPA e MMA está muito bem estabelecido. Nós temos todo um trabalho que está sendo feito nos últimos meses. Então, vai ser muito positivo envolvê-los.

Há um último parêntese que queria fazer com relação ao agrotóxico. Eu queria fazer uma ressalva a esta Casa porque esse debate está muito mal colocado na sociedade, e o principal prejudicado hoje é a nossa capacidade de inovação, de ter produtos cada vez com menos toxicidade, mais modernos e biológicos.

Justamente essa discussão que se coloca, a de que se existe ou não agrotóxico, está prejudicando a nossa capacidade de inovação. O Brasil não é o país que mais usa agrotóxicos no mundo. Isso está claro e evidente nos dados oficiais da FAO e da ONU. Eu não sei quais são os dados que as pessoas têm, mas é evidente hoje que os Países Baixos, o Japão, a Alemanha e a própria França usam muito mais agrotóxicos do que o Brasil porque as culturas, como a uva, usam mais defensivos do que a soja.



Reduzimos a quantidade por hectare nos últimos anos. Nós aumentamos o número de produtos, mas não quer dizer que estamos usando mais por hectare. Temos os dados que demonstram isso.

Lembro outra coisa. Na nossa legislação, todo tipo de defensivo é considerado agrotóxico. A calda de fumo, que é usada na agricultura orgânica, é tida como agrotóxico. Começamos a gerar uma distinção que, na prática, só prejudica a nossa capacidade de inovação.

Nós temos no Ministério da Agricultura um grupo de trabalho para bioinsumos, mas não conseguimos aprová-los porque há uma legislação totalmente arcaica, com a qual somente quatro empresas multinacionais conseguem aprovar produtos. E elas usam a tecnologia química que está aí até hoje.

Então, se quisermos superar essa tecnologia... O MAPA e os produtores rurais são os que mais querem acabar com o uso de defensivo, que hoje representa 40% do uso.

Não existe uso indiscriminado porque, se usado de modo errado, mata-se a planta, e isso tem um custo. Então o produtor rural é o principal ator que quer acabar com o defensivo. Só que você tem que fazer isso por meio do desenvolvimento tecnológico. Há novas tecnologias que nos fazem usar menos defensivo. Os bioinsumos, e nós no Ministério estamos trabalhando para termos uma agricultura ecológica, vão poder ser a substituição ao químico. Só que, com a proibição e com a lei que temos, não vamos conseguir fazer isso num curto prazo.

Eu acho uma pena que a sociedade tenha uma visão tão restritiva e proibitiva porque a nossa capacidade de inovação é que está sendo prejudicada.

Eu só queria deixar esse alerta para a Casa e até sugerir que, na Comissão que foi criada, a agroambiental, que está sendo presidida pelo Deputado Zé Vitor, possamos fazer um debate um pouco mais estruturado.

Hoje a nossa capacidade de inovação, de ter alternativas ao químico e a vários outros, é a principal prejudicada nesse debate que está sendo feito de forma muito ideológica e pouca pragmática.

Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Airton Faleiro. PT - PA) - Obrigado, João.



Antes do encerramento, comunico que, a partir de amanhã, as apresentações dos palestrantes desta audiência pública estarão à disposição dos interessados na página da Comissão do Meio Ambiente na Câmara, no *link* audiências públicas.

Cumprindo ainda as formalidades, antes de encerrar os trabalhos, coloco em votação a ata da presente reunião.

Consulta os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas se podemos dar por aprovada a ata da presença em reunião, tendo em vista ser este o último momento da reunião de todas as Comissões. (*Pausa.*)

Com a concordância, coloco-a em votação.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que a aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Agradeço a presença dos convidados, dos Parlamentares, em especial a dos que ficaram até o final, e demais presentes, assim como a participação dos internautas.

Boa tarde a todos e a todas.

Declaro encerrada a presente reunião.